

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE CIÊNCIAS  
JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES:  
APONTAMENTOS PARA O CASO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LUÍSA CABRAL CARVALHO

Rio de Janeiro  
2019/1º SEMESTRE

LUÍSA CABRAL CARVALHO

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES:  
APONTAMENTOS PARA O CASO DO RIO DE JANEIRO

Monografia de final de curso,  
elaborada no âmbito da graduação em  
Direito da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como pré-requisito para obtenção  
do grau de Bacharel em Direito, sob a  
orientação do Professor Mestre Hamilton  
Gonçalves Ferraz.

Rio de Janeiro  
2019/1º semestre

## CIP - Catalogação na Publicação

C117a Cabral Carvalho, Luísa  
Uma análise crítica da internação de adolescentes:  
Apontamentos para o caso do Rio de Janeiro / Luísa  
Cabral Carvalho. -- Rio de Janeiro, 2019.  
69 f.

Orientador: Hamilton Gonçalves Ferraz.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
de Direito, Bacharel em Direito, 2019.

1. Justiça Juvenil. 2. Privação de liberdade. 3.  
Doutrina da Proteção Integral. 4. Seletividade  
penal. 5. Superlotação. I. Gonçalves Ferraz,  
Hamilton, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

LUÍSA CABRAL CARVALHO

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA INTERNAÇÃO DE ADOLESCENTES:  
APONTAMENTOS PARA O CASO DO RIO DE JANEIRO

Monografia de final de curso,  
elaborada no âmbito da graduação em  
Direito da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, como pré-requisito para obtenção  
do grau de Bacharel em Direito, sob a  
orientação do Professor Mestre Hamilton  
Gonçalves Ferraz.

Data da Aprovação: \_\_ / \_\_ / \_\_\_\_.

Banca Examinadora:

---

Orientador

---

Membro da Banca

---

Membro da Banca

---

Rio de Janeiro  
2019/1º semestre

*Os garotos não são monstros, simplesmente  
não sabem mais distinguir entre o que é ou  
não monstruoso, pois foram educados num  
tempo em que o horror perdeu seu aspecto  
extraordinário.*

*- Jurandir Freire Costa*

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico esse trabalho à minha família, em especial ao Gabriel, Ronaldo, Rosilene, Rosana e Benedita, que desde o princípio me concederam um amor incondicional e os ensinamentos necessários para que eu me consolidasse como uma pessoa responsável e sensível ao próximo. Essa conquista não seria possível sem vocês.

Às minhas amigas de longa data, Antara, Ana Carolina, Beatriz, Elisa, Julia, Laryssa, Lethicia, Maria Clara, Mariana Meliande, Mariana Neves, Maithe, Rachel e Stephanie, por acompanharem cada fase da minha vida, me incentivarem e crescerem junto comigo no lado certo da luta.

Às minhas companheiras de faculdade, Aline, Ana Carolina, Ana Clara, Bruna, Carolina, Clarice, Jamila, Luna, Maria Carolina, Mariana Cruz, Mariana Monteiro, Mariana Winter, Roberta, Tereza, Thizá e Yasmin. Por cada BIN, Caubi, Choppada, Jogos Jurídicos, Órfãos, varandas do Caco, desesperos pré-prova, resumos e abraços reconfortantes. Vocês tornaram esses 5 anos inesquecíveis, com histórias que serão eternizadas em minha memória.

À Beatriz, por todo o apoio, por toda a calma e exemplo oferecidos nesses 5 anos. Por ter contribuído tanto para a minha graduação, com muito amor, cumplicidade, materiais de estudo e alguns puxões de orelha.

Ao Colégio Pedro II, pelo ensino público de qualidade, que proporcionou aprendizados imensuráveis para meu desenvolvimento acadêmico e em sociedade.

À Faculdade Nacional de Direito, que propiciou revoluções dentro do meu ser e que me fez perceber minha infinitude e as oportunidades que a vida me reserva. Que ao final dessa graduação eu possa retribuir todo o ensinamento àqueles que não tiveram a mesma sorte, na luta por uma sociedade menos desigual.

Ao meu orientador, Hamilton Ferraz, que me incentivou e possibilitou que o tema fosse tratado com a importância devida. Um professor dedicado, que tanto contribuiu para minha evolução no campo acadêmico, e que me serve de inspiração diária para estudar um assunto tão delicado.

À Defensoria Pública, ao Defensor Público Luiz Inácio e Márcio Thiago, por terem me conferido a oportunidade de aprendizado que mudou substancialmente meu olhar sobre o mundo, e que me fez sonhar com a atuação nessa entidade tão importante no combate aos arbítrios do Sistema de Justiça Juvenil.

Finalmente, aos adolescentes, que com suas histórias e percepções de vida, me ensinaram o significado de privilégio, e como a criminalização da pobreza é um fator determinante no seu desenvolvimento. Seguimos juntos para que em algum momento da história essas crianças sejam amplamente protegidas.

## RESUMO

Este trabalho monográfico tem por objetivo suscitar reflexões acerca das disfunções perpassadas na Justiça Juvenil. Assim, no primeiro capítulo será feita uma aproximação aos dispositivos que atuam na proteção de crianças e adolescentes, bem como sua evolução ao longo do tempo. Também será analisada a efetivação da privação de liberdade na ressocialização dos jovens que passam pelo sistema socioeducativo, considerando temas como a superlotação nas unidades socioeducativas, a seletividade na aplicação das medidas socioeducativas e a estigmatização do povo pobre e negro. Além disso, observaremos a importância da colaboração do Poder Judiciário na redução do encarceramento juvenil. Com efeito, no segundo capítulo serão demonstradas as medidas socioeducativas e a imprecisão do legislador ao determinar a aplicabilidade de cada uma delas. Serão apresentadas alternativas à internação com base na excepcionalidade da medida e no melhor interesse do adolescente. Por fim, verificaremos na prática os tópicos abordados com a amostragem de um gráfico elaborado pela autora durante período de estágio jurídico na Defensoria Pública, na tentativa de demonstrar os efeitos do Direito Penal Juvenil a esses que são considerados pessoas em desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Justiça Juvenil; Estatuto da Criança e do Adolescente; Doutrina da Proteção Integral; privação de liberdade; seletividade penal; superlotação.



## ABSTRACT

This paper has the goal to study the dysfunctions found in Juvenile Justice. Therefore, in the first chapter will be made an approximation to the devices that act in the protection of children and teenagers, and their evolution over time. It will also be analyzed the effectiveness of privation of freedom in resocialization of young people who go through the socio-educational system, considering topics such as overcrowding in socio-educational units, selectivity in the application of socio-educational measures and stigmatization of poor and black people. In addition, we will observe the importance of the cooperation of the Judiciary in reducing juvenile imprisonment. Besides that, the second chapter will demonstrate the socio-educational measures and the inaccuracy of the legislator in determining the applicability of each one of them. Alternatives to confinement program will be presented based on the exceptionality of the measure and in the best interest of the teenager. Finally, we will verify in practice the topics covered by the sampling of a chart produced by the author during a period of internship in the Public Defender's Office, in order to demonstrate the effects of Juvenile Criminal Law to those who are considered as developing persons.

**Keywords:** Juvenile Justice; Statute of the Child and Adolescent; Doctrine of Integral Protection; privation of freedom; criminal selectivity; overcrowding.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1. APROXIMAÇÃO CRÍTICA À PROTEÇÃO INTEGRAL NO BRASIL .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Introdução à Proteção Integral: Normas e Legislação .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Introdução à Criminológica Crítica: Obstáculos e desafios à Proteção Integral....</b>	<b>18</b>
<b>1.3 A privação de Liberdade como método sancionatório e sua efetividade na Justiça Juvenil .....</b>	<b>30</b>
<b>2. APROXIMAÇÃO DOGMÁTICA ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E À INTERNAÇÃO NA JUSTIÇA JUVENIL.....</b>	<b>41</b>
<b>3. RETRATO GLOBAL DA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>57</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>64</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>69</b>

## INTRODUÇÃO

É fato notório que o sistema penal passa por várias disfunções. Celas lotadas que comportam um número de presos muito acima de sua capacidade, direitos à saúde, educação e saneamento básico prejudicados, pessoas submetidas à discricionariedade do judiciário, condenadas sem o trânsito em julgado de suas sentenças são alguns dos problemas encontrados. O aprisionamento em massa traz, assim, reflexos para uma determinada parcela da população, que sofre diariamente com as consequências de não viver uma existência privilegiada.

Essa realidade também pode ser observada na Justiça Juvenil, que apesar de ser abraçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e não pelo Código Penal, encontra problemas similares aos do sistema penal adulto. Conforme afirma Baratta:

A justiça para menores, desde sua fundação, no final do século XIX, foi sempre a parte mais sensível de todo o sistema punitivo, a mais problemática e qualificante, o lugar onde a mistificação doutrinária e ideológica do sistema e, ao mesmo tempo, o seu caráter seletivo e destrutivo alcançaram seu ponto mais alto. Todavia, a justiça para menores foi também o lugar onde nos últimos tempos melhor se pôde medir suas contradições e onde prosperaram sinais de crítica e projetos de reforma.<sup>1</sup>

Com efeito, faz-se extremamente necessário debater o tema no universo punitivo juvenil, sendo extremamente necessário refletir sobre a operacionalidade e discursos de legitimação da punição de adolescentes autores de atos infracionais. Vislumbra-se verificar a incidência de questões familiares, pessoais e, principalmente estatais, na vida desses adolescentes que passam pelo sistema socioeducativo.

A Constituição da República, em seu artigo 227, atribui uma proteção especial à criança e ao adolescente quando dispõe que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> BARATTA, Alessandro. Prefácio. In: **Difíceis ganhos fáceis: Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 25.

<sup>2</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

Por força desse artigo, de debates sobre a ampliação dos direitos da criança e do adolescente e na Doutrina da Proteção Integral, é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/95), com o objetivo de efetivar a máxima e prioritária proteção de crianças e adolescentes, respeitando a condição intrínseca de pessoa em desenvolvimento e entendendo que estes são sujeitos de direitos. Serão apresentados os dispositivos do ordenamento que coadunam com o disposto na Constituição, como a Lei do SINASE, Tratados e orientações normativas ratificadas pelo Brasil.

Diante do exposto, objetiva-se apresentar as medidas socioeducativas previstas aos adolescentes e compreender suas finalidades, de forma a verificar se de fato esses adolescentes estão sendo protegidos e amparados legalmente no Direito Penal Juvenil. Também será feito um comparativo com a realidade vivida pelos jovens e pelos adultos em seus respectivos sistemas.

É imperioso refletir se as condições e circunstâncias de aplicação e cumprimento das medidas socioeducativas estão de acordo com a peculiaridade prevista ao adolescente no ECA, bem como analisar sua necessidade, adequação e efetividade na realidade empírica subjacente.

Assim, no primeiro capítulo serão apresentados os dispositivos que regulam os Direitos da Criança e do Adolescente, promovendo uma análise acerca do aperfeiçoamento material e formal desses recursos. Também buscaremos refletir sobre as finalidades latentes e aparentes do sistema socioeducativo, tratando da superlotação das unidades socioeducativas e da seletividade no poder punitivo. Serão fomentadas discussões acerca de assuntos como a estigmatização da pobreza e do povo negro, da “punição da pessoa para além do crime, mas sim da pessoa pelo que se é”.<sup>3</sup>

No segundo capítulo, será feita uma análise sobre a discricionariedade exercida pelo poder judiciário e a imprecisão do legislador quanto à delimitação dos termos empregados. Apresentaremos as medidas socioeducativas e trataremos das medidas cautelares mais adequadas ao processo infracional, pensando a medida de internação apenas em último caso.

---

<sup>3</sup> Lançamento com debate do livro de Ellen Rodrigues, **A justiça juvenil no Brasil e a responsabilidade penal do adolescente**. Afirmção feita por Vera Malaguti. Rio de Janeiro. Faculdade Nacional de Direito (UFRJ). 05/04/2018, 17h às 19h.

Essas medidas devem ser efetivas, de modo a viabilizar o amparo pedagógico e a reinserção dos adolescentes na sociedade.

Neste norte, no terceiro capítulo será analisado o campo prático, de modo a verificar se a internação como medida cautelar está sendo aplicada somente em último caso, conforme disposto no Art. 122, parágrafo 2º, ECA, bem como a atribuição da “demonstração de necessidade imperiosa da medida”, de acordo com o previsto no Art. 108, parágrafo único, ECA. Assim, será feito um reconhecimento da medida de internação provisória no estado do Rio de Janeiro, fazendo um recorte do percentual de dois dos tipos de infrações encontrados no âmbito dessa medida cautelar.

Vislumbra-se nesse estudo observar se a aplicação da medida de internação é de fato restrita apenas aos casos mais graves e legalmente previstos, bem como as consequências de sua utilização.

# 1. APROXIMAÇÃO CRÍTICA À PROTEÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

## 1.1 Introdução à Proteção Integral: Normas e Legislação

A Lei 8.069/90, denominada Estatuto da Criança e do Adolescente, é um advento que deve ser reconhecido preliminarmente, considerando os grandes avanços estabelecidos no que concerne a esse grupo de hipervulneráveis. É possível verificar de melhor forma tais avanços principalmente quando analisados em um comparativo com o antigo Código de Menores (antiga Lei 6.697/79), revogada em virtude do Estatuto vigente.

O ECA permitiu a superação da Doutrina da Situação Irregular, possibilitando a inserção, ainda que predominantemente dogmática, da Doutrina da Proteção Integral. Nesse sentido, é possível verificar a positivação do Princípio da Proteção Integral no art. 1º da Lei em questão, que diz: *“Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente”*. Além disso, o ECA também prevê em seu art. 100, parágrafo único, Inciso II, a aplicação do princípio da proteção integral e prioritária quando trata dos princípios que regem a aplicação das medidas socioeducativas, *in verbis*: “[...] II - proteção integral e prioritária: a interpretação e aplicação de toda e qualquer norma contida nesta Lei deve ser voltada à proteção integral e prioritária dos direitos de que crianças e adolescentes são titulares [...]” .

A partir do ECA, passou-se a observar crianças e adolescentes sob uma perspectiva diferente da que era percebida por operadores do Direito, identificando-as como sujeito de direitos, e não mais como apenas objetos de intervenção estatal. No modelo adotado atualmente, crianças e adolescentes devem ser ouvidos e sua opinião deve ser levada em conta, de modo a se realizar o melhor interesse deles.

Com efeito, o Código de Menores pretendeu proteger a sociedade ao invés de garantir o adolescente acusado [...], o qual passou a ser ‘objeto’ da atuação estatal com a finalidade de ‘normatizar’ (**Foucault**) sua conduta aos anseios da classe dominante, independente das garantias processuais<sup>4</sup>.

De modo a compreender com mais clareza a importância do conceito da Proteção Integral, sustenta Sposato:

---

<sup>4</sup> ROSA, Alexandre Morais da. **Introdução Crítica ao Ato Infracional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 16.

A proteção integral deve ser concebida como a doutrina jurídica que sustenta todo atual Direito brasileiro da Criança e do Adolescente. Seu significado está em reconhecer que todos os dispositivos legais e normativos têm por finalidade proteger integralmente as crianças e os adolescentes em suas necessidades específicas, decorrentes da idade, de seu desenvolvimento e de circunstâncias materiais. A proteção integral, no entanto, deve se materializar por meio de políticas universais, políticas de proteção ou políticas socioeducativas [...] conforme a necessidade. Trata-se de um princípio norteador que deve obter implementação concreta na vida das crianças e dos adolescentes sem qualquer distinção.<sup>5</sup>

Nesse sentido, a Lei 8.069/90, rompe com o “menorismo” que trazia o Antigo Código de Menores, que pela nomenclatura percebe-se o caráter pejorativo do emprego da palavra, generalizando crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, tendo em vista que a antiga Lei fazia menção apenas a “menores” como sendo os abandonados, infratores e carentes.

Com o rompimento desse ideal, O ECA amplia seus destinatários, aplicando a legislação a todas as crianças e adolescentes, atribuindo a elas posição de igualdade e distinguindo as medidas de proteção das medidas socioeducativas. Nas palavras de Moraes da Rosa:

O importante é que o adolescente envolvido em atos infracionais deve ser considerado como sujeito em desenvolvimento e com autonomia, munido de garantias infracionais e processuais. Caso contrário, perdura a concepção tutelar. Insista-se: o que deve destacar é que houve na transição marcada pela reforma legislativa a partir da Constituição da República, que culminou com a revogação do Código de Menores, uma migração do paradigma positivista-discrecional para o humanitário.<sup>6</sup>

O Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 teve como pressuposto a proteção integral dessa minoria hipervulnerável em todos os âmbitos, preservando seus direitos fundamentais, conforme demonstra o art. 3º da Lei nº 8.069/1990, quando dispõe que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O ECA traz ainda a prevenção de lesões aos direitos de crianças e adolescentes, aplicando os princípios constitucionais para violações de direitos, exigindo ainda a presença de um advogado e do Ministério Público nas audiências relativas a esse grupo.

---

<sup>5</sup> SPOSATO, Karyna. **Elementos para uma Teoria da Responsabilidade Penal de adolescentes**. Salvador: Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia – UFBA, para obtenção do Grau de Doutor, 2011, p. 44-45.

<sup>6</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. *Op. cit.*, p. 31.

Permitiu-se a sua descentralização da normatização sobre este grupo, possibilitando a participação da sociedade por meio dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, tendo como exemplos o CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente), CEDCA (Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente) e CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente).

Além disso, a Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (Lei 12.594/2012) vem ampliar o rol de direitos protetivos, de modo a reforçar a Doutrina da Proteção Integral e os direitos individuais previstos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Surge inicialmente como forma de orientação formulada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), e só posteriormente é convertida em lei. Como forma de se reiterar o caráter excepcional das medidas restritivas de liberdade, a Lei 12.594/2012 estipulou diretrizes para a adequação das práticas institucionais, que passaram a ser definidas a partir de um modelo nacional de atendimento socioeducativo (SINASE)<sup>7</sup>.

O SINASE, reafirmando a lógica da “proteção integral”, insculpida na Constituição de 1988 e no ECA, destacava a necessidade de construção de parâmetros objetivos e procedimentos mais justos para a aplicação das medidas socioeducativas, no sentido de limitar a discricionariedade e arbitrariedade ainda existentes no âmbito das instituições nacionais. Em atenção aos princípios de Intervenção Mínima e Oportunidade, as novas orientações preconizavam a importância das medidas em meio aberto (prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida) e das práticas restaurativas em detrimento das restritivas e privativas de liberdade (semiliberdade e internação). Para tanto, o SINASE priorizou a municipalização dos programas de meio aberto e a constituição de redes de apoio nas comunidades (*ibid*). De acordo com o CONANDA, através dessa estratégia, pretendia-se “reverter a tendência crescente de internação dos adolescentes bem como confrontar a sua eficácia invertida, uma vez que [...] a elevação do rigor das medidas não tem melhorado a inclusão social” dos egressos (BRASIL, 2006, p. 14).<sup>8</sup>

Convém também evidenciar a ampliação da Normatização Juvenil no que diz respeito à Comunidade Internacional, que também auxiliou na proteção jurídica da infância na reestruturação legislativa nacional.

Assim sendo, as disposições da Lei 8.069/1990 demonstram com clareza a influência dos princípios fixados pela Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que de modo uníssono traduzem a afirmação histórica dos direitos humanos. No caso de crianças e adolescentes, o reconhecimento da condição

---

<sup>7</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. **A Justiça Juvenil no Brasil e a responsabilidade penal do adolescente: rupturas, permanências e possibilidades**. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Direito. Rio de Janeiro, 2016, p. 192.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 193.



peculiar de pessoa em desenvolvimento é uma decorrência lógica do princípio da dignidade da pessoa humana<sup>9</sup>.

Com base no trecho anterior evidenciado por Sposato, cumpre enunciar a Opinião Consultiva nº 17, que trata da interpretação pela Corte IDH dos artigos 8 e 25 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), de modo a indicar seu parecer sobre as medidas especiais previstas no art. 19 da Convenção, que fala que “Toda criança tem direito às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado”.

A Opinião em questão se concentrou em responder se estas medidas especiais seriam caracterizadas como limites ao arbítrio ou à discricionariedade dos Estados com relação a crianças, também formulando critérios gerais válidos sobre a matéria dentro da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A Corte IDH estruturou elaborou com base na definição de cinco pontos: (i) definição de criança; (ii) igualdade; (iii) interesse superior da criança; (iv) deveres da família, sociedade e Estado; (v) procedimentos judiciais ou administrativos em que participem crianças<sup>10</sup>.

Verifica-se que a Opinião Consultiva supracitada, elencada como apenas um dos exemplos de dispositivos internacionais que tratam da infância, traz a obrigação do estado em garantir que instituições e pessoas capacitadas para o atendimento eficaz e proteção dos interesses dessas crianças, trata dos desdobramentos do devido processo legal, diferenciando as condições de tratamento de uma criança participando de um processo judicial e de um adulto nas mesmas circunstâncias.

Em síntese, a OC n. 17/02 consistiu na *primeira vez em que a Corte IDH, no exercício de sua função consultiva[...] reconheceu a criança como sujeito de direitos[...]* Ela consolida, no âmbito de sua jurisprudência, os principais vetores da *doutrina da proteção integral*, e, dessa forma, se habilitou para o controle de convencionalidade sobre normas, medidas e procedimentos aplicáveis a menores de 18 anos (até mesmo procedimentos administrativos envolvendo crianças em contexto de migração ou necessidade de proteção internacional – OC 21/2014), e, inclusive, sobre sistemas inteiros de Justiça Juvenil, analisando sua adequação diante da CADH e dos tratados e documentos internacionais na matéria [...]<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> SPOSATO, Karyna. *Op. cit.*, p. 43.

<sup>10</sup> FERRAZ, Hamilton Gonçalves. **A Opinião Consultiva n. 17/02 da Corte IDH: um marco na proteção internacional a crianças e adolescentes**, 2018. Disponível em: <<https://nidh.com.br/a-opinio-consultiva-n-17-02-da-corte-interamericana-um-marco-na-protecao-internacional-a-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

<sup>11</sup> *Idem, ibidem*.

Para além disso, é imprescindível que sejam observados princípios constitucionais, como a presunção de inocência, contraditório e justiça restaurativa, de modo que sejam empregados meios alternativos para a solução de conflitos que não a litigiosa, visando não incorrer na redução de direitos dessas crianças e adolescentes.

Em que pese a tentativa de superação da Situação Irregular empregada no Antigo Código de Menores, verifica-se na prática a enorme dificuldade que é superar antigos preceitos que parecem estar enraizados no universo do Direito e no espectro social. Nesse sentido, Morais da Rosa:

Dentre os grupos ditos vulneráveis, o grupo representado por crianças e adolescentes ainda tem muitos direitos que não foram afirmados [...] O que pode se destacar com obstáculo a ser transposto é a dominação exercida sobre eles pelo mundo adulto que os subordina e os mantém reféns como objetos, pela condição peculiar de pessoas em desenvolvimento que os deixa submissos pela dependência total daqueles que detêm o poder sobre eles.<sup>12</sup>

Cumprir verificar que o ECA e suas inovações supracitadas, na maioria das vezes, não são incorporadas no campo prático de atuação do Direito Penal Juvenil, incumbindo apenas a defesa abordar os direitos e princípios constitucionais que dizem respeito aos direitos das crianças e adolescentes.

É urgente a constitucionalização do Processo Infração para que sepulte, de vez, o Código de Menores que ainda influencia, já que o luto não foi tão bem assimilado como se pensa. O resultado deste modelo epistemológico ultrapassado se mostra na burocratização da acusação e da decisão, cinicamente em favor do adolescente. Desprovidas de análise dos princípios necessários à sua legitimidade democrática (lesividade, ofensividade, materialidade, necessidade, etc.), restringe-se à análise formal da subsunção da conduta ao tipo penal, que apesar de ser cômoda, não atende ao modelo democrático preconizado pela Constituição.<sup>13</sup>

Constata-se no presente contexto, que entre os aplicadores do Direito existe há subdivisão daqueles que sequer tiveram uma disciplina que tratasse do Estatuto da Criança e do Adolescente durante a graduação, e a outra parcela, que por ter se formado em ano anterior a Lei 8.069/90, permanece com a Doutrina da Situação Irregular arraigada em sua rotina e em suas decisões - quando se trata de um juiz<sup>14</sup>.

Qualquer um que se aproxime das práticas institucionais voltadas para a infanto-adolescência poderá perceber o quanto é surreal e distante o papel de sujeito atribuído aos antes “menores”. Aliás, a perpetuação desta denominação parece apontar para a

---

<sup>12</sup> ROSA, Alexandre Morais da. *Op. cit.*, p. XXIII.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 219.

<sup>14</sup> *Idem*, p. XV.

continuidade da condição de objeto, que ainda se mantém na prática. São objetos primeiro da própria família e na sequência de outros adultos que se interessem por usá-los sob o discurso de estarem contribuindo para sua formação. São sujeitos sim, ao desejo do outro. De instituição em instituição até chegar àquela que configurará o clímax de sua “objetização” – onde estará privado de sua liberdade – estará sob a guarda e desejo de um adulto que o sujeitará ao que entender como mais correto ou adequado para a satisfação do que este entender como melhor.<sup>15</sup>

## 1.2 Introdução à Criminológica Crítica: Obstáculos e desafios à Proteção Integral

Levando em consideração o rol de dispositivos protecionistas apresentados no tópico anterior, faz-se necessário colocar algumas problemáticas enfrentadas na efetivação da Proteção Integral na Justiça Juvenil.

Objetiva-se demonstrar que “*são sim, ainda sujeitos às ações e “não ações” (omissões de muitos daqueles que a lei elencou como solidários em sua proteção: família, sociedade e Estado)*”<sup>16</sup>.

Inicialmente, convém destacar Alessandro Baratta:

Olhando o conjunto do sistema punitivo no sentido mais amplo, podemos observar que, no Brasil, assim como nos outros países, o subsistema formal juvenil melhorou no plano normativo, mas que o dos adultos piorou tanto no plano normativo quanto no empírico, e que o setor informal, em seu conjunto, não sofreu ainda, de maneira relevante as consequências das reformas. A ideologia autoritária do apartheid, da limpeza étnica e do extermínio continuam a dominar o sistema informal. A situação das crianças e adolescentes pobres, no Rio e no resto do país, ainda paga o preço das involuções e do atraso dos demais componentes do sistema punitivo em geral.  
(...)

O sistema dos direitos das crianças e dos adolescentes foi, até o momento, esmagado por duas emergências: a emergência risco-abandono e a emergência criminal. Por conseguinte, e contrariamente ao proposto pela Constituição e pelo Estatuto, na ótica institucional e na opinião pública, prevaleceram as políticas públicas de resposta contingencial a essas urgências, e não as políticas públicas básicas, que deveriam representar a forma estrutural e preventiva de intervenção nas condições sociais e nos serviços fundamentais (escola, saúde, ambiente, trabalho, relações de propriedade), das quais dependem as emergências.<sup>17</sup>

Nesse sentido, é possível evidenciar inúmeras falhas de implementação da Doutrina da Proteção Integral no sistema socioeducativo, tais como o desrespeito a princípios

---

<sup>15</sup> *Idem*, p. XXI.

<sup>16</sup> *Idem*, p. XVI.

<sup>17</sup> BARATTA, Alessandro. Prefácio. *Op. cit.*, 2003.

constitucionais, a seletividade na aplicação das medidas socioeducativas e a superlotação nas unidades de cumprimento de medidas restritivas de liberdade.

O primeiro ponto que deve ser analisado com atenção é a problemática da seletividade do sistema socioeducativo (e penal).

Problematizar as raízes do encarceramento (e do assassinato) seletivo da juventude negra brasileira é o primeiro passo para que possamos pensar em políticas efetivas de redução da violência institucional. É o primeiro passo para que possa-se assumir uma postura radical de defesa dos direitos humanos contra a naturalização das práticas violentas, que se capilarizam em todos os escaninhos do sistema punitivo<sup>18</sup>.

Segundo Zaffaroni e Batista:

O sistema penal opera, pois, em forma de filtro para acabar selecionando tais pessoas. Cada uma delas se acha em um certo *estado de vulnerabilidade ao poder punitivo* que depende de sua correspondência com um estereótipo criminal: o estado de vulnerabilidade será mais alto ou mais baixo consoante a correspondência com o estereótipo for maior ou menor. No entanto, ninguém é atingido pelo poder punitivo por causa desse estado, mas sim pela *situação de vulnerabilidade*, que é a posição concreta de risco criminalizante em que a pessoa se coloca.<sup>19</sup>

A aplicação das medidas socioeducativas alcança uma parcela selecionada da população, que corresponde aos jovens que estão à margem da sociedade – o que acaba por reiterar a doutrina da situação irregular, supostamente superada.

Assim é que nem todos os que praticam formalmente atos infracionais são infratores, existindo os de cobertura, sempre salvos dos atropelos do térreo, quiçá do porão (lotado), dada a ‘criminalização secundária’ (Zaffaroni), pois como assevera **Nepomuceno**: “A lei determina qual conduta humana é considerada crime. As agências de poder do sistema penal, por sua vez, dirão quem é o criminalizado.” Com isto, o discurso repressor se organiza, inclusive na questão das drogas, na seguinte lógica: tratar (terapeuticamente) de maneira desigual os desiguais, podendo se selecionar à vontade – criminalização secundária de Zaffaroni - sobre que setores da população será direcionado o controle, graduando a cidadania.

(...)

Neste momento surge a diferenciação: para rico tratamento, enquanto para o pobre, exclusão.<sup>20</sup>

Conforme afirma Baratta: “*encontramos, um século depois, a continuidade dos procedimentos dos operadores dos serviços psicológicos e psiquiátricos. ‘Recuperação’*,”

---

<sup>18</sup> CARVALHO, Salo de; GIAMBERARDINO, André; ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Cárcere sem fábrica**: escritos em homenagem a Massimo Pavarini. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2019, p. 84.

<sup>19</sup> BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Raúl et. al. **Direito Penal Brasileiro – I**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013, p. 49.

<sup>20</sup> ROSA, Alexandre Morais da. *Op. cit.*, p. 23.

*‘ressocialização’, ‘reeducação’ são eufemismos que escondem objetivos e instrumentos de contenção social claros e explícitos em sua seletividade.<sup>21</sup>’*

A história da criminalização dos jovens pobres do Rio começa no amanhecer da abolição da escravidão e termina com o início do grande processo de emancipação marcado pela Constituição e pelo Estatuto. No meio, está um século de desigualdade e discriminação, de autoritarismo e de manipulações urbanísticas, legislativas e policiais direcionadas ao controle repressivo e à guetização das sucessivas gerações de ex-escravos. Uma história que, através dos mecanismos sociais, políticos e culturais reconstruídos por Vera, e devido às razões acima expostas, ainda subsiste<sup>22</sup>.

A seletividade penal é, assim, um dos aspectos mais evidentes e estarrecedores dessa ótica punitivista. Verifica-se uma justiça criada para poucos, em que pessoas excluídas da sociedade, vulneráveis, acabam se tornando os clientes preferenciais do sistema penal:

Se é verdade que o sistema punitivo em geral é dirigido aos pobres e que a justiça menoril dele faz parte (a despeito de sua ideologia tutelar e de seus eufemismos), então os jovens pobres são a população de referência mais representativa do sistema punitivo em geral<sup>23</sup>.

Nas palavras de Zaffaroni:

A seletividade, a reprodução da violência, a criação de condições para maiores condutas lesivas, a corrupção institucionalizada, a concentração de poder, a verticalização social e a destruição das relações horizontais ou comunitárias não são características conjunturais, mas estruturais do exercício de poder de todos os sistemas penais.<sup>24</sup>

O papel principal dessa seletividade é a contenção social, podendo ser compreendida como uma espécie de “*apartheid* criminológico<sup>25</sup>”. A ideia aqui é a de que a aplicabilidade da lei atinge apenas uma parcela da juventude autora de atos infracionais, situação que será melhor analisada posteriormente.

Mas se partirmos de um ponto de vista mais geral, e observarmos a seleção da população criminosa dentro da perspectiva macrosociológica da interação e das relações de poder entre os grupos sociais, reencontramos, por detrás do fenômeno, os mesmos mecanismo de interação, de antagonismo e de poder que dão conta, em uma dada estrutura social, da desigual distribuição de bens e de oportunidades entre os indivíduos. Só partindo deste ponto de vista pode-se reconhecer o verdadeiro significado do fato de que a população carcerária, nos países da área do capitalismo avançado, em sua enorme maioria, seja recrutada entre a classe operária e as classes economicamente mais débeis.<sup>26</sup>

---

<sup>21</sup> BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal**: Introdução à sociologia do Direito Penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011, p. 21 *Apud* ROSA, Alexandre Moraes da. *Op. cit.*, p. 13.

<sup>22</sup> BARATTA, Alessandro. Prefácio. In: BATISTA, Vera Malaguti. *Op. cit.*, 33.

<sup>23</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>24</sup> ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 13.

<sup>25</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>26</sup> BARATTA, Alessandro. *Op. cit.*, 2011, p. 106.

O “encarceramento da pobreza” é assim, realizado harmoniosamente entre aqueles que detêm o poder, cabendo aqui enfatizar o judiciário, as agências que constituem o sistema penal e socioeducativo, a influência da elite e das classes médias em conjunto com a mídia, atuando sempre de acordo com seus próprios interesses.

Em relação às agências do sistema, Malagutti discorre: “*os órgãos judiciais são militarizados, burocratizados e discricionários e as agências não judiciais atuam à margem de qualquer controle, impondo penas, violando domicílios, fichando a população, etc.*”<sup>27</sup> Dito isso, é possível verificar na prática que o encarceramento da pobreza é efetivado com o aparato estatal, que se incumbe de filtrar dentre os criminosos, aqueles que supostamente impedem a manutenção da ordem e da máquina capitalista<sup>28</sup>.

A seletividade penal executada por essas agências ocorre na etapa de criminalização secundária<sup>29</sup>, que se incumbe de selecionar de acordo com os estereótipos. A respeito disso, entende Ellen Rodrigues:

A seletividade presente nos processos de criminalização se manifesta, mais concretamente, no âmbito secundário, pois são as agências de criminalização secundária que efetivamente decidem – selecionam – as pessoas a serem criminalizadas e, ao mesmo tempo, as vítimas potenciais a serem protegidas<sup>30</sup>.

Com relação a influência das elites e das classes médias, verifica-se que a seletividade penal é um fator determinante para a manutenção dos privilégios das classes dominantes, atuando como um escudo para a salvaguarda de seus patrimônios.

Este sistema, com seus discursos hegemônicos de paz e ordem social, com maquiagem de homogeneidade, escamoteia o modelo de sociedade excludente que sustenta/legitima.

Existe – camuflada, é verdade – uma funcionalidade do discurso cínico/astuto da disfuncionalidade do sistema repressivo, capaz de manter a tranquilidade aos poucos

---

<sup>27</sup> BATISTA, Vera Malagutti. *Op. cit.*, p. 56.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 69.

<sup>29</sup> Criminalização primária é o ato e o efeito de sancionar uma lei penal material que incrimina ou permite a punição de certas pessoas. Trata-se de um ato formal fundamentalmente programático: o que deve ser apenado é um programa que deve ser cumprido por agências diferentes daquelas que o formulam. Em geral, são as agências políticas que exercem a criminalização primária, ao passo que o programa por elas estabelecido deve ser realizado por agências de criminalização secundária (policiais, promotores, advogados, juízes, agentes penitenciários). Enquanto a criminalização primária é uma declaração que, em geral, se refere a condutas e atos, a criminalização secundária é a ação punitiva exercida sobre pessoas concretas [...] (BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Op. cit.*, p. 43-44).

<sup>30</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 93.

habitantes da cobertura social: “O Código Penal serve para reprimir a gentinha que quebra a cara, enquanto a high-society navega com seus iates para Ilha de Caras.”<sup>31</sup>

Faz-se extremamente necessário enunciar a problemática de que apesar das condutas criminosas/infrações serem tipificadas em lei, as penas previstas não são aplicadas de maneira indistinta para ricos e pobres. Ao invés disso, a punição é direcionada a um determinado indivíduo que está na mira da lei, não ao ato ilícito praticado. Nesse sentido, Vera Malaguti afirma:

Criminalizar crianças e adolescentes pobres, definir o *apartheid* de uma população jovem já excluída socialmente, pô-la em guetos ou destruí-la (...)

(...)

É a estes jovens, e não aos jovens da classe média e das elites, que se dirigem as leis, os tribunais e as instituições menores; é a estes jovens que se aplica a expressão “menor”. A despeito das definições institucionais do que seriam casos de “situações irregulares”, de risco ou de abandono, os comportamentos infratores ou problemáticos não são, de maneira alguma, a variável determinante para que a justiça do menor seja acionada. Fazendo um balanço da jurisprudência do Juizado de Menores já nos primeiros anos de sua fundação – que se deu em 1923 –, Vera observa: “é impressionante como a grande maioria dos casos se refere a crianças pobres; as elites resolvem seus casos em outras instâncias, informais e não segregadoras”<sup>32</sup>.

Também corrobora com a seletividade a mídia, que se encarrega de levar diariamente às residências brasileiras o afastamento desses adolescentes em condições de vulnerabilidade, enfatizando a agressividade das condutas praticadas – que alimenta o medo da sociedade – e a suposta impunidade desse grupo.

A forma como as notícias são colocadas faz com que o senso comum imagine a sociedade dividida entre o bem e o mal<sup>33</sup>, contribuindo para o fortalecimento da opressão social. A obsessão dessa elite pela máxima proteção e segurança não está interessada em saber qual será o custo dessa proteção e se haverá prejudicados, aqui o importante é a manutenção do ideal dominante<sup>34</sup>.

A qualquer ameaça de diminuição deste poder, os meios de comunicação de massa se encarregam de difundir campanhas de lei e ordem que aterrorizam a população e aproveitam para reequipar para os “novos tempos”. Os meios de comunicação de massa, principalmente a televisão, são hoje fundamentais para o exercício do poder

---

<sup>31</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. *Op. cit.*, p. 18-19.

<sup>32</sup> BARATTA, Alessandro. Prefácio. In: BATISTA, Vera Malaguti. *Op. cit.*, p. 17-18.

<sup>33</sup> “Estabelece-se desta forma uma divisão “científica” entre o (sub)mundo da criminalidade, equiparada à marginalidade e composta por uma “minoridade” de sujeitos potencialmente perigosos e anormais (o “mal”) e o mundo, decente, da normalidade, representado pela maioria na sociedade (o “bem”).” (ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Do Paradigma Etiológico ao Paradigma da Reação Social: Mudança e Permanência de Paradigmas Criminológicos na Ciência e no Senso Comum**. Revista Sequência Nº 30 Ano 16, 1995, p. 26).

<sup>34</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. *Op. cit.*, p. 37.

de todo o sistema penal, seja através dos novos seriados, seja através da “invenção da realidade” para “produção de indignação moral”, seja para a fabricação de estereótipos do criminoso. “E, como a cada estereótipo deve corresponder a um papel, as pessoas assim selecionadas terminam correspondendo e assumindo os papéis que lhes são propostos”.<sup>35</sup>

As consequências práticas do terror midiático são facilmente verificadas no dia a dia, seja nos discursos higienizantes, seja na estigmatização desses jovens no dia a dia. Nas palavras de Malaguti: *“Esses setores vulneráveis, ontem escravos, hoje massas marginais urbanas, só conhecem a cidadania pelo seu avesso, na “trincheira auto-defensiva” da opressão dos organismos do nosso sistema penal.”*<sup>36</sup>

Com relação a essas consequências, cumpre fazer uma breve apresentação histórica sobre o estudo criminológico acerca dos comportamentos do autor de ato infracional, do criminoso e da sociedade, de modo a compreender o estudo criminológico atualmente.

A criminologia positivista, sustentada inicialmente por Lombroso, é criada para explicar a criminalidade através da ciência, tendo como fundamento a observação da criminalidade como um fenômeno natural, que nasce com o indivíduo. O positivismo é dotado de um discurso higienizador que busca isolar o criminoso, de modo a acabar com a criminalidade – em nome da defesa social.

Além disso, cria-se um estigma determinante do criminoso, analisando fatores antropológicos, físicos e sociais, utilizando-se do direito penal de autor. Para essa corrente, o indivíduo já nasce criminoso e predisposto ao crime – partindo do determinismo biológico<sup>37</sup>.

Afastando-se do pensamento penal ilustrado, que concebia o delito como objeto preferencial para a análise do crime, o foco foi deslocando para a pessoa do delinquente, o que implica a passagem do “Direito Penal do fato” para um “Direito Penal do autor”. Por conseguinte, apoiadas nos “saberes” científicos, especialmente médicos e biológicos, as teorias sobre degenerescência e atavismo propiciaram a legitimação de todo um esquema de seleção, controle e apartação social dos grupos que representavam ameaças à ordem burguesa, independente do cometimento de qualquer crime. Ou seja, a própria descrição/classificação biológica do sujeito criminalizável passou a servir de explicação para o seu crime e para sua “tendência” à criminalidade<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> MALAGUTI, Vera. *Op. cit.*, p. 56.

<sup>36</sup> *Idem*, p. 57.

<sup>37</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Op. cit.*, p. 25.

<sup>38</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 44.



Posteriormente, a Teoria do Etiketamento supera o Positivismo Lombrosiano, surgindo com o objetivo de criticar o Positivismo e denunciar o sistema penal. Afirma que seriam atribuídos rótulos a esses criminosos, que criminalizavam as condutas praticadas por esses indivíduos. Essa teoria desloca o estudo para a reação social, e não mais para a conduta do indivíduo<sup>39</sup>.

A criminalidade se revela, principalmente, como um status atribuído a determinados indivíduos mediante um duplo processo: a “definição” legal de crime, que atribui à conduta o caráter criminal e a “seleção” que etiqueta e estigmatiza um autor como criminoso entre todos aqueles que praticam tais condutas.<sup>40</sup>

Dito isso, a Criminologia crítica, aproveitando a teoria do etiketamento, agrega uma visão marxista materialista dialética às reflexões sobre o desvio, localizando no capitalismo a origem da delinquência e concebendo a criminalização a partir dos interesses das classes dominantes. Além disso, também traz o conceito de “criminalização da pobreza” e seletividade penal, através de autores como Alessandro Baratta e Nilo Batista.

Esses autores criticam o raciocínio do senso comum, que tende a acreditar que os indivíduos à margem da sociedade são mais propensos a delinquir. Consequentemente, caso estes venham a cometer atos infracionais, a reação da sociedade é prontamente levar a ‘canonização moral’ ao desviante<sup>41</sup>.

Isto posto, a Criminologia contemporânea se utiliza da Criminologia crítica para analisar o sistema penal, tendo em observância que o etiketamento se faz presente até os dias de hoje, incriminando as condutas praticadas por pessoas dos mais baixos estratos sociais<sup>42</sup>.

O sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas, mais que contra certas ações legalmente definidas como crime. A conduta criminal não é, por si só, condição suficiente deste processo. Pois os grupos poderosos na sociedade possuem a capacidade de impor ao sistema uma quase que total impunidade das próprias condutas criminosas<sup>43</sup>.

A Teoria do Etiketamento pode ser utilizada no estudo do Direito Penal Juvenil, em que os adolescentes são as grandes vítimas do capitalismo e da estigmatização da pobreza. Ainda

---

<sup>39</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Op cit.*, p. 27.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>41</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>42</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Op cit.*, p. 31.

<sup>43</sup> *Idem*, p. 32.

que não tenham cometido atos infracionais, estes são rotulados como delinquentes, em função de sua condição social, cor, estrutura familiar e grau de escolaridade.

E um dos mecanismos fundamentais desta distribuição desigual da criminalidade são precisamente os estereótipos de autores e vítimas que, tecidos por variáveis geralmente associadas aos pobres (baixo status social, cor, etc) torna-os mais vulneráveis à criminalização: é “o mesmo estereótipo epidemiológico do crime que aponta a um delinqüente as celas da prisão e poupa a outro os seus custos.” (DIAS e ANDRADE, 1984, p.552) A clientela do sistema penal é constituída de pobres não porque tenham uma maior tendência para delinquir mas precisamente porque tem maiores chances de serem criminalizados e etiquetados como criminosos.<sup>44</sup>

Esse tipo de rotulação que independe de conduta ilícita e que pune a pessoa pelo que ela é, em muito se assemelha com o Positivismo de Lombroso, que ignora o estudo da reação social. Além disso, não são fornecidas oportunidades a esse adolescente durante o seu crescimento, e o rótulo que sempre o acompanhou lhe parece cada vez mais atraente<sup>45</sup>.

Contribui, igualmente, para a produção e reprodução de uma imagem estereotipada e preconceituosa da criminalidade e do criminoso vinculada aos baixos estratos sociais - que condiciona, por sua vez, a seletividade do sistema penal - num círculo de representações extraordinariamente fechado que goza - repita-se - de uma secular vigência no senso comum em geral e nos operadores do sistema penal em particular.<sup>46</sup>

Com relação a importância do papel familiar no desenvolvimento desses jovens, é preciso enfatizar a dificuldade que é atribuir a responsabilidade do suposto fracasso dos filhos nesses pais, que são igualmente prejudicados pela falta de assistência do poder público para garantir condições dignas de subsistência. O amparo familiar independe da vontade do adolescente, por isso, não é justo punir nem agravar sua situação em função de eventuais desamparos que possa sofrer durante seu crescimento.

Cabe evidenciar aqui as situações de necessidade vividas por muitas das famílias desses jovens, que tantas vezes se sacrificam ao experimentar uma jornada de trabalho em tempo integral, e por esse motivo, precisam deixar seus filhos em casa para adquirir o sustento desses. Além disso, é fato notório que muitas famílias são constituídas apenas por um dos responsáveis legais, em decorrência do alto índice de abandono parental nas estruturas familiares.

A partir de seus atributos individuais, e não mais sociais, as famílias continuam apontadas como núcleos de periculosidade, ensejadores de inúmeras formas de criminalização, que produziram efeitos desastrosos. Pois, ratificaram as posições defendidas nos “modelos sociopolítico-econômico dominantes”, que, se isentando da

---

<sup>44</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>45</sup> *Idem, p. 34.*

<sup>46</sup> *Idem, p. 35.*

responsabilidade quanto às fragilidades desses núcleos familiares, centram-se na depreciação individual de seus membros (COIMBRA & AYRES, 2010, p. 66-67). Segundo as autoras destacadas, tanto no panorama anterior, de “situação irregular”, quanto no atual, de “proteção integral”, os discursos/práticas veiculados no judiciário sobre o tema não questionam os problemas familiares a partir de perspectivas sociais, no sentido de compreendê-los como “fios de políticas públicas”, mas se limitam apenas a responsabilizar e culpabilizar, majoritariamente, as famílias pobres pela dita incompetência no desempenho de suas funções. Deste modo, “sustentam o eixo central do modelo neoliberal, o individualismo” e, longe de serem “neutros ou apolíticos, reafirmam a política vigente” (COIMBRA & AYRES, 2010, p. 66)<sup>47</sup>.

Esperada a dificuldade de se perceber fora daquela etiqueta, muitos desses adolescentes são submetidos ao sistema socioeducativo, fortalecendo as expectativas desacreditadas criadas sobre eles desde o seu primeiro contato social.

O dos adolescentes infratores privados de liberdade insere-se nos processos de vitimização secundária e terciária. No primeiro, por estarem inseridos em um grupo em uma instituição e o outro por serem vítimas pela ausência de seus direitos fundamentais e oportunidades face à grande desigualdade social presente no nosso país pelo desemprego, ausente a cidadania dos adolescentes, todos à margem de serviços e consumo.<sup>48</sup>

Tendo em observância a realidade de ausência desses direitos fundamentais por toda a sua pequena trajetória de vida, a privação de liberdade nada mais seria que mais uma delas no contexto que esse jovem se encontra. Torna-se, dessa forma, cada vez mais difícil para esse jovem se dissociar dos rótulos impostos a ele sem o seu consentimento. Nas palavras de Rodrigues:

Se não há liberdade a ser perdida – uma vez que ela jamais foi efetivada – as medidas impostas a esse contingente não representariam propriamente uma violação à sua liberdade, mas sim uma “medida de segurança” que deveria proteger a sociedade de suas ações e de sua presença perturbadora e indesejável. Essas “medidas de segurança”, por não terem a natureza jurídica de penas, não estariam submetidas à culpabilidade dos agentes, mas sim ao perigo que estes representavam para os “livres”<sup>49</sup>.

Verifica-se que a negligência do Estado para com a população mais pobre, no que tange ao oferecimento de ensino, saúde e moradia, sinaliza o grande motivo que justifica em parte o alto índice de jovens periféricos nas unidades socioeducativas.

O cárcere representa, em suma, a ponta do *iceberg* que é o sistema penal burguês, o momento culminante de um processo de seleção que começa ainda antes da intervenção do sistema penal, com a discriminação social e escolar, com a intervenção dos institutos de controle do desvio de menores, da assistência social etc. O cárcere representa, geralmente, a consolidação definitiva de uma carreira criminoso<sup>50</sup>.

---

<sup>47</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 164.

<sup>48</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>49</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 56-57.

<sup>50</sup> BARATTA, Alessandro. *Op. cit.*, 2011, p. 167.

Diante do estudo e da vivência no sistema socioeducativo, é facilmente perceptível o fato de que a realidade de vida desses adolescentes em muito se assemelha, tendo em vista as dificuldades perpassadas.

Penso que, com o tempo, os próprios agentes do sistema percebem que na história de vida dos meninos não pontificam as perversões lombrosianas, ou as características hereditárias do biologismo criminal, mas sim as histórias de miséria, de exclusão, de falta de escola, de pequenos incidentes que introduzem o jovem a um processo de criminalização que apenas magnifica e reedita a marginalização que seu destino de preto e pobre já marcava.<sup>51</sup>

Ante o exposto, as medidas socioeducativas passam a significar, na prática, alentos que constroem a Defesa Social, ignorando a real necessidade de ressocialização dos adolescentes representados pela prática atos infracionais.

Nesta seara, com base nas ideias autoritárias de **Lombroso** e seus séquitos, busca-se uma ‘normatização’ ilegal e inconstitucional (CR/88), dos adolescentes autores de ato infracional, já que a medida socioeducativa, na prática, se vincula mais às necessidades da nefasta Defesa Social do que à construção séria do laço social e da autonomia do sujeito adolescente (Cap. 3), por ser tutelar e preventiva<sup>52</sup>.

Convém destacar que é possível a combinação das garantias processuais com o poder coercitivo, em outras palavras, limitar o poder punitivo sem deixar de responsabilizar o adolescente pelo ato infracional praticado. Conferir direitos fundamentais a esses jovens de modo algum significa que não lhes serão impostas medidas de socioeducação e reinserção na comunidade.

Tampouco podemos confundir *garantias com impunidade*, como insistem alguns defensores do terrorismo penal, subvertendo o eixo do discurso. As garantias processuais defendidas aqui não são geradoras de impunidade, senão legitimantes do próprio poder punitivo, que fora desses limites é abusivo e perigoso.<sup>53</sup>

Do mesmo modo, é inadmissível o entendimento de que as medidas socioeducativas possuam caráter protecionista ao adolescente, quando na verdade possuem função socioeducativa. Nesse sentido, disserta Rodrigues:

A eufemização do caráter punitivo, operada através do discurso protetivo, pretendia obscurecer o fato de que o sistema de Justiça Juvenil – que se descortinava a partir desse Complexo Tutelar – legitimava práticas arbitrárias de segregação, vigilância e punição, independente do nome que se lhes era atribuído.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Op. cit.*, p. 71.

<sup>52</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. *Op. cit.*, p. 15.

<sup>53</sup> LOPES JR, Aury. **Introdução Crítica ao Processo Penal**: fundamentos da instrumentalidade garantista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 67.

<sup>54</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 48.

Além disso, conforme afirma Sposato, observa-se confusão evidente entre as funções declaradas e ocultas da Justiça Juvenil:

Alguns autores, a exemplo de Martha de Toledo de Machado, advertem que prevalece uma boa dose de ambiguidade em razão da redação dos artigos 105 e 112 do Estatuto, uma vez que se autoriza a imposição de medida de proteção à criança que praticar crime, atribuindo subliminarmente um caráter sancionatório a esta classe de medidas em franco desvirtuamento de sua natureza. Por outro lado, quando o artigo 112 refere que medidas de proteção podem ser aplicadas em decorrência da prática de atos infracionais por adolescente, reforça-se ainda mais a confusão conceitual. Acrescenta ainda a autora:

*A interpretação desvirtuada do artigo 112, que leva a concluir que as medidas socioeducativas teriam caráter protetivo, a qual, também com bastante frequência, tem levado à limitação de incidência do contraditório e da ampla defesa. Ou ainda à aplicação de medidas socioeducativas em hipótese em que elas não seriam necessárias, sob o ângulo do interesse social pela paz pública, com prejuízos às cláusulas da inimizabilidade penal garantista, da excepcionalidade e brevidade na privação de liberdade.*<sup>55</sup>

Diante do exposto, faz-se necessário enunciar o caráter excepcional da medida de internação, devendo ser aplicada somente em último caso. A internação como última *ratio* atende ao proposto por Nils Christie, que afirma que quando houver dúvidas a respeito de sua aplicação, não se deve impor dor, ou impor no mínimo possível, buscando-se opções aos castigos, e não apenas castigos opcionais<sup>56</sup>.

Com efeito, a excepcionalidade resta demonstrada no art. 122, parágrafo 2º, ECA, que traz em seu texto que “*em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.*”

Some-se a isto que o Poder Legislativo encontra, ainda, a barreira material dos Direitos Fundamentais em duplo sentido. *Partindo-se do Direito Infracional, na linha do Penal, como última ratio (princípios da lesividade, necessidade e materialidade)*, as regras infracionais descritivas de tipos devem ser de condutas, na perspectiva de realizar os Princípios Constitucionais do Estado Democrático de Direito.<sup>57</sup>

A respeito do caráter excepcional na aplicação das medidas socioeducativas, cumpre apresentar a Teoria Agnóstica da medida socioeducativa<sup>58</sup>, que consiste na descrença da medida

---

<sup>55</sup> SPOSATO, Karyna. *Op. cit.*, p. 46-47.

<sup>56</sup> CHRISTIE, Nils. **Los límites del dolor**. 1ª reimpressão. Trad. de Mariluz Caso. México, D.F: Fondo de Cultura, 1988, p. 7-8. *apud* FERRAZ, Hamilton Gonçalves. **A culpabilidade no Direito Penal Juvenil**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017, p. 171.

<sup>57</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. *Op. Cit.* p. 222.

<sup>58</sup> FERRAZ, Hamilton Gonçalves. **A culpabilidade no Direito Penal Juvenil**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017, p. 175.

socioeducativa como forma de reintegração e socioeducação do adolescente – que somente é observada na nomenclatura. Nas palavras de Batista e Zaffaroni, a pena

é uma coerção, que impõe uma privação de direitos ou uma dor, mas não repara nem restitui, nem tampouco detém as lesões em curso ou neutraliza perigos iminentes. Cuida-se de um conceito negativo, uma vez que não concede qualquer função positiva à pena; e é obtido por exclusão, já que é uma coerção que não se enquadra nem num modelo reparador ou administrativo direto. É também uma perspectiva agnóstica quanto à sua função, pois confessa não conhecê-la.<sup>59</sup>

Para essa teoria, não se examina no ordenamento jurídico a verdadeira finalidade da restrição de liberdade que decorre da pena e das medidas socioeducativas. A resposta para esse questionamento é a de que a pena se resume a um ato de poder estatal.

Para autores como Davi Tangerino, a imposição da pena objetiva o controle e a defesa social, e não a ressocialização, como sugere os dispositivos que regem os direitos da criança e do adolescente<sup>60</sup>.

Além disso, Rodrigo Roig também defende a mesma ideia, no sentido de criticar o excesso irracional na utilização do poder punitivo, tendo em notoriedade que vai de encontro com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana<sup>61</sup>.

Com base no exposto, como bem elenca Moraes da Rosa, é possível concluir que

A ideia de tutela dos abandonados, expostos, apesar da modificação da doutrina da ‘situação irregular’ pela da ‘proteção integral’, operada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Normativa Internacional – plenamente em vigor no Brasil, ainda mais depois da EC n. 45) -, continua no papel, porque os atores jurídicos envolvidos nestas questões continuam com a ‘mentalidade da defesa social’<sup>62</sup>.

---

<sup>59</sup> BATISTA, Nilo; ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. *Op. cit.*, p. 99 *apud* FERRAZ, Hamilton Gonçalves. *Op. cit.*, p. 173.

<sup>60</sup> TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Pena é política**. Revista Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade. Ano 19, números 21/22, 1º e 2º semestres de 2014, p. 55 *apud* FERRAZ, Hamilton Gonçalves. *Op. cit.*, p. 175.

<sup>61</sup> ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da pena: limites, princípios e novos parâmetros**. 2ª ed. Rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 22 *apud* FERRAZ, Hamilton Gonçalves. *Op. cit.*, p. 176.

<sup>62</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. *Op. cit.*, p. 16.

### 1.3 A privação de Liberdade como método sancionatório e sua efetividade na Justiça Juvenil

A superlotação das unidades socioeducativas e prisionais é uma realidade que subsiste nas grandes metrópoles brasileiras. Conforme demonstrado em dados fornecidos pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE (anexo 1), em junho de 2019, no total existem 2.005 (dois mil e cinco) adolescentes internados em regime fechado, ao passo que existem apenas 1.613 (mil seiscentos e treze) vagas disponíveis nas unidades socioeducativas. Desse quantitativo, 1.204 (mil duzentos e quatro) adolescentes se encontram no regime de internação definitiva, e 412 se encontram internados provisoriamente.

Nesse sentido, trataremos da superlotação e da efetividade da privação da liberdade desses adolescentes, caracterizado como o método sancionatório mais utilizado no cenário atual. É extremamente importante a análise dessa efetividade na justiça socioeducativa, de modo a verificar o caráter não só preventivo, mas também repressivo das medidas privativas de liberdade, que se consolidaram como um modelo repressivo altamente utilizado na conjuntura atual.

Traçaremos um paralelo entre as unidades de internação destinadas aos adolescentes autores de atos infracionais e as unidades prisionais destinadas a adultos, se utilizando de autores que tratam das problemáticas do sistema carcerário, de modo a verificar que na prática as péssimas condições de ambas se assemelham.

(...) ao contrário das funções declaradas, o sistema de Justiça Juvenil não pertence ao Direito social, mas ao Direito Penal, podendo ser definido como Direito Penal Juvenil. Esse ramo do Direito não é programado para “ajudar” seus destinatários, ao contrário, ele é usado para o controle social dos mesmos.<sup>63</sup>

Faz-se necessário enfatizar que o recrudescimento penal é uma realidade que tem atingido tanto adolescentes quanto adultos, *seja através de uma expansão do sistema penal adulto, de expansão do próprio sistema penal juvenil ou por meio de restrições a garantias fundamentais. É indiscutível a existência de uma demanda por aumento do poder punitivo*<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 48.

<sup>64</sup> FERRAZ, Hamilton; SARTORELLI, Flora. **Rumos e horizontes da Justiça Juvenil brasileira**. Rio de Janeiro, Editora Rede Sírius/UERJ, 2016, p. 6.

Além das semelhanças fáticas entre o sistema socioeducativo e o sistema penal adulto que serão verificadas a seguir, constata-se um crescimento dos ideais repressivos neoliberais que intentam por aumentar ainda mais a proximidade entre essas duas vias. Exemplo disso é o debate acerca da redução da maioridade penal, que em contrariedade com o artigo 228 da Magna Carta<sup>65</sup>, objetiva a punição como adultos de adolescentes a partir de 16 anos de idade, por entender que por serem mais leves que os castigos impostos pelo Direito Penal, as medidas socioeducativas são incapazes de conter a “delinquência juvenil”<sup>66</sup>.

As críticas se justificam pelo fato de que, além de não corresponderem à realidade objetiva dos indicadores de delinquência juvenil – que confirmam a predominância de delitos leves, sem violência e com índices muito inferiores aos dos crimes praticados por adultos –, as propostas repressivas ignoram os resultados positivos dos programas em curso e negligenciam os aspectos preventivos, educativos e sociais que estão no cerne da normativa internacional que norteia a Justiça Juvenil.<sup>67</sup>

Desse modo, é necessário enfatizar o fato de que a Justiça Juvenil está dividida por uma linha tênue com o Direito Penal adulto, divisão essa que se afunila cada vez mais com a disseminação de correntes extremistas no cenário global. Da mesma forma afirma Ellen Rodrigues com precisão:

Nesse sentido, defende-se que a Justiça Juvenil brasileira não pode ser concebida como um ramo autônomo, alheio ao sistema penal, mas sim como um conjunto de dispositivos de controle social que obedece a dinâmicas tendentes à manutenção da ordem e da segurança a partir de interesses e valores dominantes, representando, assim, mais um dos instrumentos do poder punitivo. Pois, por mais que a Justiça Juvenil pátria tenha sido legitimada, ao longo dos dois últimos séculos, através de suas funções declaradas – consubstanciadas em medidas a que se atribui a natureza protetiva – ela se afirmou, em verdade, por meio de suas funções latentes, cuja natureza sancionatória foi edificada a partir de medidas eminentemente punitivas de apartação social, que sempre estiveram adstritas às crianças e aos adolescentes pobres. Sendo assim, defende-se – ao longo deste trabalho – a tese de que as medidas de coação estatal, impostas pelo sistema de Justiça Juvenil, a despeito dos esforços para diferenciá-las, “não passam de uma classe particular de penas” (BATISTA, N. & ZAFFARONI, 2006, p. 39), que, historicamente, contam com menores garantias e menos limites que os demais instrumentos punitivos utilizados pelo Estado.<sup>68</sup>

Apesar de as garantias e direitos fundamentais serem destinadas a todos os indivíduos de uma maneira geral, é necessário enfatizar que o adolescente deve ter prioridade de atendimento sobre todas as outras idades, nos termos do artigo 227, caput, CRFB, tendo em vista ser

---

<sup>65</sup> O artigo em questão versa que “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2019.

<sup>66</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 89.

<sup>67</sup> *Idem*, p. 91.

<sup>68</sup> *Idem*, p. 92.



considerado sujeito em desenvolvimento - devendo, portanto, a medida ter caráter socioeducativo e prioritário.

Isto posto, é inconcebível que seja possível verificar condições similares a dos adultos no tratamento de adolescentes representados pela prática de atos infracionais.

Nesse sentido, Karyna Sposato disserta:

Adultos, crianças e adolescentes, sendo pessoas diferentes entre si, não podem ser tratadas de igual maneira pelo Direito. Deve-se obedecer à isonomia e à proporcionalidade, respeitando-se o Princípio da Culpabilidade, da Proteção Integral, e principalmente, da Condição Peculiar de Pessoa em Desenvolvimento. Desta maneira, diante do cometimento do delito por menor de idade, busca-se como resposta, não a defesa da impunidade ou a indiferença penal, mas a compatibilidade da sanção em relação ao agente que o cometeu, inclusive por imperativo de ordem político-criminal. A primeira objeção a qualquer alteração no modelo e sistema adotado está amparada na constitucionalização do Direito da Criança e do Adolescente no âmbito do Estado Democrático de Direito, como barreira efetiva para tais propostas de emenda e reforma constitucional<sup>69</sup>.

É possível evidenciar que todo o processo de conhecimento e apuração da conduta de ambos em muito se aparentam, com a diferença de que o processo no âmbito infanto-juvenil costuma ser mais célere, dinâmico e flexível. As semelhanças entre os dois sistemas vão desde a observação de critérios como a gravidade do delito até a reincidência infracional. Ainda, outra leitura de aproximação, segundo Flora Sartorelli

é a possibilidade de que haja, posteriormente ao processo de conhecimento e atribuição de autoria e materialidade, determinação de uma medida privativa de liberdade contra a vontade do indivíduo. Isto não deixa de ser muito próximo da pena de prisão, sanção por excelência do sistema adulto. [...] O sistema de substituição de medidas também se assemelha ao sistema de progressão de penas.<sup>70</sup>

Além disso, cabe elencar que no âmbito infanto-juvenil, além da proteção oferecida no ECA e na Constituição da República, os adolescentes também recebem de maneira extensiva os direitos e garantias utilizados no sistema penal adulto, o que lhes fornece dupla proteção.

Quanto aos aspectos processuais penais, o “modelo de proteção integral” ou de “responsabilidade” consagra o sistema acusatório, devendo o adolescente infrator contar com as mesmas garantias previstas para os adultos, além daquelas inerentes à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, devidamente orientadas pelo Princípio do Superior Interesse e demais princípios que subjazem à sua “proteção integral”. Como desdobramento do Devido Processo Legal, os adolescentes acusados da prática de infrações penais passam a ter direito à observância de todas as garantias

---

<sup>69</sup> SPOSATO, Karyna. *Op. cit.*, p. 206.

<sup>70</sup> SOUZA, Flora Sartorelli Venâncio de Souza. 2018. **Entre leis, práticas e discursos: um estudo sobre o julgar em execução de medida socioeducativa de internação no Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018, p.75.

constitucionais que informam o Processo Penal no Estado democrático de Direito, tais como: a garantia de presunção de inocência; o direito de conhecerem a acusação que se lhes é atribuída; o direito de serem assistidos por advogado; o direito de ampla defesa; o direito de não serem obrigados a fazer provas contra si mesmos; o direito de serem julgados por órgãos imparciais, competentes e independentes, entre outros (CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA, 1989; RESOLUÇÃO 40/33, 1985; RESOLUÇÃO 45/11, 1990).<sup>71</sup>

Dito isso, extrai-se que os direitos que abraçam as crianças e os adolescentes devem incluir tanto os direcionados somente a eles, quanto os direitos aplicáveis no sistema penal adulto. Do Princípio da Legalidade, previsto na Constituição e no art. 35, I, da lei do SINASE, extrai-se que ao adolescente não pode ser definido tratamento mais gravoso que do adulto. Nas palavras de Weigert e Carvalho:

Pelo contrário, é exatamente em razão da situação de vulnerabilidade que devem ser assegurados aos jovens em conflito com a lei todos os direitos individuais que conformam o sistema jurídico-penal de garantias dos adultos que praticaram delitos – garantias relativas aos requisitos legais de imputação do ato ilícito (ato infracional); garantias relativas à efetivação do devido processo legal (processo infracional); garantias relativas à aplicação e à execução das sanções (medidas socioeducativas); e garantias relativas aos critérios de aplicação de sanções disciplinares durante a execução das medidas socioeducativas<sup>72</sup>.

Entretanto, não é o que se observa na realidade vivenciada pelos adolescentes em conflito com a lei, tendo em vista que não lhes são atribuídas diversos direitos e garantias fundamentais que são previstos aos adultos.

A proporcionalidade, prevista no artigo 35, IV, da Lei do SINASE, por exemplo, na maioria das vezes não é considerada, de modo que não são observadas as peculiaridades de cada ato infracional cometido. Ilustra bem esse cenário os casos de jovens internados por tráfico de drogas – hipótese que terá devida atenção mais à frente. A internação nessa situação é justificada apenas pelo fato de a legislação brasileira comparar esse tipo de ato a um crime hediondo, mesmo sendo um delito que não envolve violência ou grave ameaça e independente de concreta possibilidade de desinternação<sup>73</sup>.

A propósito, o entendimento de que a situação de vulnerabilidade impede a inserção dos adolescentes em conflito com a lei no sistema penal formal é exatamente o critério de potencialização dos direitos individuais juvenis e deveria impor critérios normativos mais rígidos de interpretação das garantias para a aplicação das respostas sancionadoras. Nesse aspecto, no momento em que as garantias deveriam ser

---

<sup>71</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 80.

<sup>72</sup> CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. **As alternativas às penas e às medidas socioeducativas: estudo comparado entre os distintos modelos de controle social punitivo**. Revista Discursos Sediciosos, Rio de Janeiro, Ano 17, números 19/20, 1º e 2º semestres de 2012, p. 232.

<sup>73</sup> SOUZA, Flora Sartorelli Venâncio de Souza. *Op. cit.*, 2018, p. 76.

naturalmente revigoradas na tutela dos adolescentes, percebe-se de forma injustificável que sequer há paridade em relação ao tratamento jurídico recebido pelos imputáveis, na órbita do direito material – p. ex., inaplicabilidade das causas supralegais de exclusão de tipicidade (princípio da insignificância e princípio da adequação social) e de ilicitude (consentimento do ofendido) e inabilitação das regras de exclusão da punibilidade (prescrição e indulto) – na esfera do direito processual – p. ex., limitação dos critérios de controle das condições de ação para instauração do processo por ato infracional; restrição ao direito à prova; interpretações inquisitivas em relação ao papel do interrogatório; obstaculização do direito de não produzir prova contra si mesmo; flexibilização dos critérios de reconhecimento das nulidades; minimização dos efeitos recursais na efetivação do duplo grau de jurisdição – e no campo da execução – p. ex., ausência de efetivo controle judicial da aplicação das medidas socioeducativas; inexistência de normas específicas que regulamentam faltas e procedimentos disciplinares; omissão em relação aos procedimentos cruéis e desumanos de sanção nas instituições “educacionais”<sup>74</sup>.

Com relação à privação de liberdade dos jovens, a CRFB em seu artigo 228, §3º, V<sup>75</sup>, trata da excepcionalidade – já abordada em momento anterior, e da brevidade dessas medidas socioeducativas, que devem estar em consonância com a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

É importante ressaltar a brevidade da aplicação da privação de liberdade, também fomentada nos artigos 35, V, da Lei do SINASE<sup>76</sup> e 122, ECA. Convém destacar que o tempo de duração da adolescência, em regra, é relativamente menor que a duração da vida adulta, sendo certo que os efeitos da privação de liberdade na vida de um jovem são muito mais intensos. Faz-se necessário colocar aqui a diferente percepção sobre o tempo e a dependência familiar que estes têm com seus familiares. Para um adolescente, isso significa interromper uma das fases mais decisivas para seu desenvolvimento e amadurecimento, tanto individual quanto em sociedade.

[...] as medidas impostas a adolescente e crianças, quando configuravam institucionalizações, têm os efeitos deteriorantes das instituições totais agravados de uma maneira considerável, porque a deterioração institucional costuma produzir efeitos mais permanentes num indivíduo jovem do que em um adulto; uma vez empreendida, seja com o nome que for, pode provocar estragos irreversíveis, pois não opera no efeito regressivo com que atua sobre o adulto, mas sim de modo diretamente impeditivo da aprendizagem da sociabilidade mais ou menos comum da pessoa.<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. *Op. cit.*, p. 233.

<sup>75</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

<sup>76</sup> Lei 12594/2012, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2012/lei/112594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/112594.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

<sup>77</sup> ZAFFARONI et al. *Op. cit.*, 2003, p. 315.

É possível ainda observar a omissão estatal no que tange o fornecimento de políticas públicas que visem prevenir a criminalidade, de modo a evitar-se um tratamento repressivo. A escassez dessas traz efeitos mais intensos para a população que se encontra nas comunidades e periferias brasileiras, que podem ser percebidos desde a idade pré-escolar<sup>78</sup>.

O ordenamento ao afirmar que “*não existirão penas cruéis*”<sup>79</sup> e que o objetivo do Estado deverá ser orientar o retorno do indivíduo à convivência nega a realidade das unidades de internação, que apresenta condições precárias e incapazes de recuperar esse adolescente e reinseri-lo em sociedade.

A situação das unidades de internação apresenta, entre outras deficiências, a superlotação, que consiste na disparidade entre a capacidade das unidades e o crescente número de indivíduos internados, atrelado a negação de direitos básicos a eles, como saúde e educação.

Verifica-se a falta de investimento no sistema penal juvenil e adulto, pois existe um déficit no fornecimento de programas que colaboram com a função socioeducativa da medida. Em uma pesquisa realizada entre os anos de 1996 a 2014 pelo SDH (2010) e DEPEN (207) na Justiça juvenil e na Justiça adulta, verificou-se um crescimento de 308% no número de adultos privados de liberdade, enquanto o número de adolescentes aumentou em 480%<sup>80</sup>.

Com base nesses dados, induz-se que o direito penal juvenil tem sido ainda mais prejudicado que o direito penal adulto, o que vai na contramão do disposto no art. 35, I, da Lei do SINASE.

Zaffaroni reconhece a realidade carcerocêntrica ao mencionar que:

A prisão ou cadeia é uma instituição que se comporta como uma verdadeira máquina deteriorante; gera uma patologia cuja principal característica é a regressão. O preso ou prisioneiro é levado a condições de vida que nada tem a ver com as de adulto; se priva de tudo que usualmente faz o adulto ou que conhece. Por outro lado, se lesiona sua autoestima de todas as formas imagináveis: perde a privacidade e seu próprio espaço, submetendo a tratamentos degradantes.<sup>81</sup>

---

<sup>78</sup> BARATTA, Alessandro. *Op. cit.*, 2011, p. 169.

<sup>79</sup> Texto do art. 5º, XLVII, alínea “e” da Constituição. BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018.

<sup>80</sup> SOUZA, Flora Sartorelli Venâncio de. *Op. cit.*, 2018, p. 87.

<sup>81</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991, p. 135.

Ao citar a prisão ou cadeia como máquina deteriorante e a submissão do indivíduo a tratamentos degradantes, Zaffaroni reafirma a privação de direitos básicos a que o preso é imposto e ainda a incapacidade de recuperação do sistema prisional, ao mencionar que o preso é levado a condições de vida que em nada se parecem com a realidade social fora da instituição, mas sim que o degradam e o descaracterizam como ser de direitos, contribuindo em nada pela sua ressocialização.

Diante do exposto, é imprescindível que a capacidade das unidades de cumprimento de medidas socioeducativas restritivas de liberdade seja respeitada, de modo que as diversas funções do sistema socioeducativo sejam devidamente realizadas, tais como o fornecimento de acomodação individual a todos os adolescentes, alimentação, materiais de higiene pessoal, prestação de cursos com finalidades educativas e extracurriculares, além do auxílio de assistência social.

O alto índice de adolescentes nas unidades impede que esses fins sejam aplicados para todos, gerando um tratamento díspare entre eles, que muitas vezes acaba por motivar conflitos internos. Nas palavras de Rodrigo Azambuja, coordenador do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA):

Em um quadro de superlotação, há uma competição por recursos. Então, a socioeducação acaba não sendo desenvolvida direito: as escolas, o ensino técnico e os cursos profissionalizantes passam a operar com deficiência. Nesse quadro, é preferível deixar o adolescente que cometeu ato mais grave internado, recebendo uma socioeducação digna, enquanto os outros continuam a ser acompanhados em meio aberto, para que também tenham acesso às medidas socioeducativas adequadas<sup>82</sup>.

Nesse sentido também entende Goffman, ao fazer referência às instituições totais e incluir as prisões nessa classificação, apresenta esse processo de degradação e descaracterização do indivíduo como processo de “mortificação do eu” e o aponta como principal empecilho à ressocialização, ao citar:

Na linguagem exata de alguma de nossas mais antigas instituições totais começa uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu. O seu eu é sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado.<sup>83</sup>

---

<sup>82</sup> Matéria disponível em: <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/05/5646299-stf-proibe-superlotacao-em-unidades-de-internacao-no-rio-e-em-outros-tres-estados.html>> Acesso em: 27/05/19.

<sup>83</sup> GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1961, p. 24.

Ainda em relação à superlotação, pode-se apontar as péssimas condições de higiene derivadas da superlotação paralelamente à omissão do Estado perante o art. 14 da Lei nº 7.210/84, que prevê a assistência à saúde do indivíduo privado de liberdade.

Fragoso reitera a falta de efetividade do sistema prisional ao negar a existência de tratamentos relativos à recuperação do indivíduo dentro da prisão e defende inclusive a falência do sistema ao afirmar:

A instituição serve apenas para reforçar valores negativos e falhou completamente no seu propósito de modificar as pessoas. (...) Reconhece-se hoje a falência da prisão, e conviria falar em termos claros. Não há tratamento possível no meio carcerário. O problema da prisão é a própria prisão. A prisão representa um trágico equívoco histórico, constituindo a expressão mais característica do vigente sistema de justiça criminal. Validamente só é possível pleitear que ela seja reservada exclusivamente para os casos em que não houver, no momento, outra solução. *Cumpra tirar urgentemente da prisão os delinquentes não perigosos e assegurar, aos que lá ficarem, que sejam tratados como seres humanos, com todos os direitos que não foram atingidos pela perda da liberdade.*<sup>84</sup>

A contenção social - desenvolvida previamente nesse trabalho - realizada por meio da privação de liberdade é tão manifesta, que se apresenta ainda que anteriormente a verificação de se o jovem de fato cometeu o ato infracional investigado, por meio da medida cautelar de internação provisória. Cada vez mais, assim, a aplicação da pena deixa de levar em conta a culpa e passa a considerar a periculosidade do agente, com vistas a seu comportamento futuro<sup>85</sup>.

Para as crianças e adolescentes selecionados pelo Complexo Tutelar, considerados ontologicamente propensos à delinquência, as sanções não se pautariam na repressão ou retribuição do crime, mas sim na prevenção, sendo caracterizadas, basicamente, por sua proposta corretiva, consubstanciada nas teorias de “prevenção especial”, tão em voga à época, e por sua indeterminação (COUSO SALAS, 2006, p. 455).<sup>86</sup>

A respeito do cenário que assombra a realidade do Direito Penal Juvenil, cabe apresentar alguns dados mencionados por Ellen Rodrigues, que levanta que

no estado do Rio de Janeiro, os relatos de tortura nos centros socioeducativos também foram constantes nos últimos anos, com destaque para os episódios ocorridos em março de 2015, em uma das unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), nos quais, além das denúncias de maus tratos, registrou-se a morte de um adolescente de 15 anos (ASSIS, 2015). Como destacado pela Justiça Global, dois dias antes da morte desse adolescente representantes da Organização Mundial contra a Tortura (OMCT) – em conjunto com o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, a Defensoria Pública e o Subcomitê de Prevenção a Tortura das Nações Unidas (SPT) – visitaram algumas unidades DEGASE e

---

<sup>84</sup> FRAGOSO, Heleno Claudio. **Perda da Liberdade** (Os Direitos dos presos). Rio de Janeiro: Forense, 1980, p. 11.

<sup>85</sup> PAVARINI, Massimo; GUAZZALOCA, Bruno. **Corso di diritto penitenziario**. Bologna: Martina, 2004, p. 7.

<sup>86</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 50.

manifestaram sua preocupação em relação à situação a que os adolescentes estavam sujeitos. Durante as visitas, foram constatados problemas gravíssimos de superlotação; denúncias de violência institucional; carência de agentes socioeducativos do sexo feminino; uso abusivo das medidas privativas de liberdade para atos infracionais sem grave ameaça e medidas de internação provisória por períodos maiores do que o previsto no ECA. Segundo os representantes da Justiça Global, diante de tal cenário, “os episódios que levaram à morte do adolescente já eram esperados” (JUSTIÇA GLOBAL, 2015).<sup>87</sup>

Verifica-se um contexto de “escola do crime”<sup>88</sup>, onde os adolescentes que cometeram atos infracionais sem o emprego de violência ou grave ameaça permanecem lado a lado com aqueles que se enquadram nas hipóteses de aplicação da medida socioeducativa de internação. “*Em outras palavras, aqui a seletividade funciona como um estímulo para o aperfeiçoamento do criminoso, recomendando um maior requinte na prática dos crimes.*”<sup>89</sup> Além disso, as condições degradantes a que são submetidos em nada contribuem para inserir uma perspectiva pedagógica e construtiva, situação que colabora com a reincidência desses indivíduos no sistema penal e socioeducativo.

[...] o cárcere é, principalmente, o instrumento essencial para a criação de uma população criminosa, recrutada quase exclusivamente nas fileiras do proletariado, separada da sociedade e, com consequências não menos graves, da classe. Na demonstração dos efeitos marginalizadores do cárcere, da impossibilidade estrutural da instituição carcerária cumprir a função de reeducação e de reinserção social que a ideologia penal lhe atribui, concorrem a observação histórica, que demonstra o substancial fracasso de toda obra de reforma desta instituição, em relação ao atingimento do objetivo declarado, e uma vastíssima literatura sociológica, baseada amplamente sobre pesquisa empírica.<sup>90</sup>

Diante da incapacidade do Estado de prover condições básicas de vida aos adolescentes privados de liberdade, fica claro a ineficiência da pena de privação de liberdade como método sancionatório, que é toda baseada no punitivismo. Enquanto isso, as medidas socioeducativas são inefetivas quanto à recuperação e reinserção do indivíduo em sociedade, traduzindo-se apenas como pena meramente repressiva e em grande parte dos casos torturante.

Não olvidando as importantes orientações trazidas pela Lei do SINASE, é forçoso reconhecer que, mais uma vez, o Estado brasileiro optou pela reforma legislativa – que pretendia dar uma resposta aos graves problemas verificados no âmbito da Justiça Juvenil – que não veio acompanhada de ações efetivas para a responsabilização dos gestores das unidades socioeducativas pelas irregularidades. Além disso, não foram

---

<sup>87</sup> *Idem*, p. 210-211.

<sup>88</sup> “Deste ponto de vista, o sistema penal age, portanto, como a escola, em face dos grupos sociais mais débeis e marginalizados: antes que no sentido de integração, no sentido oposto.” (BARATTA, Alessandro. *Op. cit.*, 2011, p. 180)

<sup>89</sup> HARTMANN, Érica de Oliveira In CARVALHO, Salo de; GIAMBERARDINO, André; ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Op. cit.*, p. 95.

<sup>90</sup> BARATTA, Alessandro. *Op. cit.*, 2011, p. 168.

acionadas as devidas correções em face dos magistrados e promotores de justiça que, a despeito das normas fixadas na Constituição Federal, no ECA e nas recomendações do SINASE, agora com força de lei, insistiram em aplicar, ostensivamente, as medidas privativas e restritivas de liberdade.<sup>91</sup>

De modo a reduzir a superlotação, é extremamente importante que sejam determinadas nas decisões judiciais do Direito Penal Juvenil alternativas às medidas privativas de liberdade previstas no ECA e na Lei do SINASE para a responsabilização desses adolescentes.

As medidas socioeducativas em meio aberto devem ser priorizadas, de modo que a restrição da liberdade de locomoção seja a última *ratio*. A Autocomposição, a Advertência, Prestação de Serviços à Comunidade, Reparação do Dano, Liberdade Assistida - que serão apresentadas no capítulo a seguir - devem ser mais bem exploradas para uma efetiva ressocialização desse adolescente que está prestes a contribuir substancialmente para a construção da sociedade.

A atualidade e importância de estudo do tema é tamanha, que contemporânea à produção do trabalho, o Supremo Tribunal Federal, proferiu importante decisão em sede de *Habeas Corpus* nº 143.988 AGr/ES<sup>92</sup>, impetrado pela Defensoria Pública do Espírito Santo. O Ministro Relator Edson Fachin entendeu por delimitar a lotação das unidades socioeducativas em 119% nos estados do Espírito Santo, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, de modo a atingir-se futuramente o percentual máximo de lotação.

Os demais adolescentes deverão ser transferidos para unidades que não tenham atingido o percentual acima mencionado, ou caso inexistir vaga e não se tratar de caso de ato infracional cometido sob violência ou grave ameaça, ser incluído em meio aberto, conforme dispõe o art. 49, II, da Lei 12.594. Caso ainda seja inviável a realização de alguma dessas alternativas, entendeu-se pela conversão de internação em internação domiciliar.

Além disso, foi deferida pela 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro a criação da Central de Regulação de Vagas no Estado do Rio de Janeiro. Com o acompanhamento do poder público, a Central terá por finalidade gerenciar as vagas disponíveis nas unidades de cumprimento de medida socioeducativa de internação, de modo a evitar-se a superlotação.

---

<sup>91</sup> RODRIGUES, Ellen. *Op cit*, p. 195.

<sup>92</sup> BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Decisão disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15340241104&ext=.pdf>>. Acesso em: 23/05/2019



Esse controle será feito por meio de uma listagem com um sistema de pontuação que objetiva priorizar a aplicação da medida de privação de liberdade para os jovens autores de atos infracionais cometidos por grave ameaça ou violência. Também serão verificados fatores como antecedentes, o descumprimento de medidas anteriores e a idade do adolescente<sup>93</sup>.

A decisão é considerada importantíssima para aqueles que defendem a máxima eficácia do Direito Penal Juvenil e entendem que uma unidade superlotada é fator impeditivo a socioeducação, bem como obsta o fortalecimento dos vínculos familiares e afasta os vínculos comunitários.

Reputa-se um início para que utilizemos as alternativas de responsabilização do adolescente pelo cometimento de um ato infracional que não seja privativa de liberdade, a fim de que apenas aqueles que necessitem da medida de internação se encontrem nas unidades.

Dessa forma, as finalidades destas seriam mais facilmente atingidas e a ressocialização seria uma possibilidade concreta.

---

<sup>93</sup> Matéria disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-mai-23/tj-rj-libera-criacao-central-vagas-medidas-socioeducativas>>. Acesso em: 09/06/19

## 2. APROXIMAÇÃO DOGMÁTICA ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E À INTERNAÇÃO NA JUSTIÇA JUVENIL

Feitos os apontamentos acerca do estudo criminológico sobre as dificuldades percebidas no sistema socioeducativo, cumpre apresentar as medidas socioeducativas, bem como enfatizar as medidas cautelares e suas peculiaridades.

As medidas socioeducativas, de acordo com o artigo 1º, §2º, da Lei do SINASE, compreendem como finalidades: a) a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional; b) a integração social do adolescente garantindo seus direitos individuais e sociais por meio do cumprimento do plano individual de atendimento – PIA; c) a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo da privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites estipulados em lei<sup>94</sup>. Conforme verifica Motta Costa:

Vê-se, em consequência, que as medidas socioeducativas podem ser compreendidas em três distintas dimensões, as quais estão inter-relacionadas: trata-se de uma responsabilização individual, em razão da prática de uma conduta sancionada pelo Estado; trata-se da possibilidade de vivência de tal processo de responsabilização como apropriação, ou compreensão acerca do ato praticado, seu significado pessoal e social; e também se trata de um processo de aquisição de direitos sociais, em geral violados, ou não garantidos até então.<sup>95</sup>

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê em seu artigo 112 a aplicação pela autoridade competente das seguintes medidas socioeducativas aos jovens que praticaram atos infracionais: a) Advertência; b) Reparação do dano; c) Prestação de serviços à comunidade; d) Liberdade assistida; e) Regime de semiliberdade; f) Internação em estabelecimento educacional; g) Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; h) Orientação, apoio e acompanhamento temporários; i) Matrícula e frequência obrigatórias em

---

<sup>94</sup> BRASIL. **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 10/06/2019.

<sup>95</sup> COSTA, Ana Paula Motta. **Execução socioeducativa e a necessidade de parâmetros para a interpretação da Lei nº 12.594/2012**. Revista de Estudos Criminais, n. 51, v. 11, 2013, p. 69 *apud* SOUZA, Flora Sartorelli Venâncio de. *Op. cit.*, 2018, p. 51.

estabelecimento oficial de ensino fundamental; j) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; k) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; l) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos<sup>96</sup>. Os parágrafos do artigo supramencionado se encarregam ainda de indicar o modo de definição da medida que será destinada ao adolescente, tais como a importância de se observar a gravidade da infração, as circunstâncias que levaram à prática do ato, bem como sua capacidade de cumprimento da medida.

Verifica-se que o artigo propositalmente prioriza a aplicação das medidas, ordenando a partir da mais branda – advertência - para a mais gravosa, a internação. Os artigos subsequentes apresentam ainda a forma pela qual serão cumpridas as medidas socioeducativas. Deduz-se, com base nisso, que apenas nos casos em que não for possível a aplicação das demais medidas, será determinada ao adolescente medida de internação.

Frisa-se a importância de um Direito Penal Juvenil Mínimo, que apresenta a medida de internação como última *ratio*, isto é, uma medida que deve ser aplicada apenas em último caso, de forma excepcional, nos termos dos artigos. 121, caput e 122, §2, ECA. Os artigos 42, §2<sup>97</sup>; 43, §4<sup>98</sup> e 49, II e §2<sup>99</sup>, da Lei do SINASE também trazem o conceito da internação como última saída.

---

<sup>96</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 16/05/2019.

<sup>97</sup> Art. 42. As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas no máximo a cada 6 (seis) meses, podendo a autoridade judiciária, se necessário, designar audiência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, cientificando o defensor, o Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável. § 2º A gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores que, por si, justifiquem a não substituição da medida por outra menos grave.

<sup>98</sup> Art. 43. A reavaliação da manutenção, da substituição ou da suspensão das medidas de meio aberto ou de privação da liberdade e do respectivo plano individual pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável. § 4º A substituição por medida mais gravosa somente ocorrerá em situações excepcionais, após o devido processo legal, inclusive na hipótese do inciso III do art. 122 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e deve ser: I - fundamentada em parecer técnico; II - precedida de prévia audiência, e nos termos do § 1º do art. 42 desta Lei.

<sup>99</sup> Art. 49. São direitos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa, sem prejuízo de outros previstos em lei: II - ser incluído em programa de meio aberto quando inexistir vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade, exceto nos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, quando o adolescente deverá ser internado em Unidade mais próxima de seu local de residência; § 2º A oferta irregular de programas de atendimento socioeducativo em meio aberto não poderá ser invocada como motivo para aplicação ou manutenção de medida de privação da liberdade.

É importante destacar que mesmo nesses casos, a internação é apenas uma faculdade do juiz, e não uma obrigação. O artigo 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>100</sup> demonstra essa faculdade do juiz, quando fala que o juiz “poderá” aplicar a medida de internação.

*A simples gravidade do ato infracional praticado não se constitui em motivo que, por si só, determina a aplicação de medidas privativas de liberdade, devendo sempre ser dada preferência a medidas em meio aberto, não sendo demais lembrar que não se está lidando com “penas”, que o adolescente deve ter respeitada e considerada sua “peculiar condição de pessoa em desenvolvimento” (cf. arts. 6º e 121, terceira parte do ECA e art. 227, §3º, inciso V, terceira parte, da CF), e que o objetivo do procedimento socioeducativo é, em última análise, a “proteção integral” do adolescente, e não sua pura e simples “punição” (inteligência dos arts. 1º, 6º e 100, par. único, inciso II, do ECA).*<sup>101</sup>

As hipóteses de privação de liberdade são trazidas artigo 122, caput, ECA, que restringe a aplicação da medida de internação apenas para os casos de a) ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; b) por reiteração no cometimento de outras infrações graves; c) por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.<sup>102</sup> Portanto, é essencial que o judiciário verifique a existência de um meio menos gravoso que permita ao adolescente cumprir a medida socioeducativa, quando não se tratar das hipóteses acima mencionadas.

A excepcionalidade da privação de liberdade pode ser estendida aos casos de aplicação da medida cautelar de internação provisória, que apesar de ter prazo máximo de 45 dias<sup>103</sup>, também restringe o direito de locomoção do adolescente. Por essa razão, a medida também deve ser aplicada somente em último caso, caso reste demonstrado que existem indícios suficientes de autoria e materialidade, além de necessidade imperiosa da medida, nos termos do artigo 108, parágrafo único, ECA<sup>104</sup>.

---

<sup>100</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 16/05/2019.

<sup>101</sup> Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**, 2017, p. 247. Disponível em <<http://fempaprp.org.br/site/wpcontent/uploads/2017/07/LivroECA.pdf?fbclid=IwAR25rquTDhlpwIUuul0ZQpdg5Y3UyadghdnNsAUrpwDJk13xOIgJYOgjdbo>>. Acesso em 16/05/19.

<sup>102</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 16/05/2019.

<sup>103</sup> Lei 8069/90, artigo 108, caput. A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 16/05/2019.

<sup>104</sup> BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 16/05/2019.

Aqui, é preciso fazer uma comparação do Direito Penal Juvenil com o Direito Penal adulto, tendo em vista que o STF entende que não é possível o cumprimento de pena de réus adultos antes do trânsito em julgado da sentença, o que corrobora para o entendimento de excepcionalidade da internação, ainda que provisória<sup>105</sup>. Afinal, *“como se falar em retribuição a quem, de acordo com a Constituição, nada fez? Como se reeducar um adolescente que, no momento, não é considerado errado?”*<sup>106</sup>

Corrobora com o entendimento da necessidade de verificar se o ato infracional foi cometido mediante violência ou grave ameaça a pessoa o artigo 106, ECA. Esse artigo coloca como requisitos alternativos para a medida de internação a ocorrência de flagrante de um ato infracional, ou deferimento por ordem escrita e fundamentada de juiz competente. A necessidade de fundamentação decorre do caráter excepcional e retributivo da medida socioeducativa, pois não há necessidade de aplicar uma medida tão gravosa para um ato infracional que não tem por sua natureza a crueldade.

Além disso, deve ser observado o devido processo legal, sob pena de descumprimento do artigo 110, do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que “nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal”. Cabe enfatizar que aqui o adolescente suspeito sequer teve sua audiência de instrução e julgamento, e que por isso, não foram oferecidos o contraditório e a ampla defesa que lhes são de direito.

Ainda que sejam observadas as apreensões ocorridas em flagrante, *“é importante notar que o fato de o adolescente ter sido apreendido em flagrante não significa necessariamente que há indícios suficientes de autoria e de materialidade”*<sup>107</sup>. O flagrante da conduta ilícita precisa ser apreciado pela autoridade judiciária, nos termos do artigo 173 do ECA.

Com relação a isso, convém destacar a existência da audiência de custódia. Essa modalidade é prevista no artigo 7, item 5 da Convenção Americana de Direitos Humanos e regulamentada pela CNJ através da Resolução nº 213/2015. Foi implantada no Rio de Janeiro

---

<sup>105</sup> CORNELIUS, Eduardo Gutierrez. *Op. cit.*, p. 106.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 118.

<sup>107</sup> *Idem*, p. 112.

por meio da Resolução nº 29/2015, e posteriormente alterada pela Ementa nº 32, de 11 de setembro de 2015. É prevista para os casos de flagrante, devendo ser realizada uma audiência em até 24 horas do momento da apreensão do suspeito, de modo a definir se existe necessidade de internação provisória do adolescente<sup>108</sup>.

A audiência de custódia objetiva atender a excepcionalidade, proporcionalidade e razoabilidade da medida de internação. Nela, é oportunizado ao adolescente se manifestar sobre a veracidade do flagrante, bem como fornecer à defesa um momento de apresentar argumentos que possibilitem ao jovem aguardar sua audiência em liberdade, tais como comprovantes de residência, matrícula ativa na escola e trabalho do custodiado. Ao final, o juiz passa a decidir<sup>109</sup>.

Entretanto, verifica-se que no Rio de Janeiro, a obrigatoriedade de sua realização se dá apenas aos flagrantes encaminhados pelas delegacias na capital, que fica sob responsabilidade do Núcleo de Audiência de Apresentação – NAAP, localizado no plantão judiciário do Fórum da Capital. Assim sendo, ficam excluídos da realização de Audiência de Custódia os flagrantes percebidos na Baixada Fluminense, Niterói, Região dos Lagos e o interior do estado do Rio de Janeiro<sup>110</sup>. A essa constatação, é de extrema importância que a modalidade da audiência de custódia seja incorporada por todo o estado do Rio.

A internação provisória, por si, é violenta. A sua manutenção ou deferimento precisam ser fundamentados de maneira escoreita. Não pode ser deferida exclusivamente no seu pseudointeresse. É preciso se demonstrar a sua necessidade, tanto no recebimento da representação como na decisão final. Não basta que tenha sido apreendido em flagrante. Quando do recebimento da representação como na decisão final. Quando do recebimento da ocorrência é preciso reanalisar esta situação excepcional, bem assim o direito de recorrer em liberdade (...)”<sup>111</sup>.

À medida que não existe uma sentença condenatória e que esse adolescente não apresenta risco à sociedade – notória a natureza do delito - não assiste razão a decretação da internação provisória. Além disso, tendo em vista o Princípio Constitucional da Presunção de Inocência<sup>112</sup>,

---

<sup>108</sup> SANTORO, Antonio Eduardo Ramires; MADURO, Flavio Mirza; RODRIGUES, Anderson Rocha. **As audiências de Custódia na cidade do Rio de Janeiro: Um olhar sobre a prática e seu funcionamento**. Rio de Janeiro: Revista de Direito da Cidade, vol. 09, no 4. ISSN 2317-7721, 2017, p. 1835.

<sup>109</sup> *Idem*, p. 1843.

<sup>110</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>111</sup> ROSA, Alexandre Moraes da. *Op. cit.*, p. 212-213.

<sup>112</sup> A expressão popular de que “todo mundo é inocente até que se prove o contrário” encontra fundamento no Princípio da Presunção de Inocência, previsto no artigo 5º, LVII, CRFB. Constituição da República Federativa Brasileira. Artigo 5º, LVII. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

e que ao final do processo existem grandes chances de não ser imposta uma medida de internação, não é aceitável que no curso do processo esse adolescente tenha aplicada a ele medida mais gravosa que a definida na sentença. Subscorre-se a crítica de Cornélius quanto à norma do Art. 122, ECA:

Note-se que o dispositivo não explicita se essas hipóteses tratam da internação definitiva ou provisória. Contudo, tal questão foi objeto de controvérsia em apenas um julgado, tendo todos os demais tratado como se o artigo se referisse a ambas. Tal entendimento é lógico, visto que não é razoável aplicar internação a adolescente durante um procedimento em que ainda é considerado inocente, se, ao ser considerado culpado, deverá receber medida mais branda.<sup>113</sup>

Em que pese a disposição do artigo sobre esse tema, é possível observar na prática um elevado número de adolescentes, em sua única passagem, que são internados provisoriamente, mas representados pela prática infrações análogas à crimes sem violência ou grave ameaça, situação que contraria veementemente o Art. 122 do ECA e seus incisos. Veremos mais afundo essa afirmação em um gráfico apresentado no capítulo seguinte.

Reabre-se espaço, pois, para medidas de salvaguarda da sociedade antes mesmo que aconteça qualquer ação – profilática –, consoante se verifica na banalização das internações provisórias, nos ‘tipos de perigo abstrato’, aferidas (**Zaffaroni**).<sup>114</sup>

Extraí-se daqui um problema que permeia o Direito Penal Juvenil: a questão da imprecisão do legislador quanto a ligação dos atos infracionais às medidas socioeducativas que serão estabelecidas em cada caso. É inegável o fato de que o Estatuto da Criança e do Adolescente superou diversas lacunas legislativas e trouxe um amplo rol protecionista a esses jovens. Entretanto, verifica-se que há uma certa abstração da compreensão dos termos violência e grave ameaça, uma vez que não é especificada no Estatuto a classificação do que seriam condutas violentas ou cometidas sob grave ameaça para a escolha da medida socioeducativa.

Na interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente, fica evidente o papel crescente do juiz na elaboração do direito, tendo em vista inclusive a textura aberta da legislação e a presença marcante de princípios que carecem de maior regulamentação ou preenchimento de sentido, labor que o legislador deixou a cargo do juiz. A opção principiológica do legislador estatutário responde à dinâmica e ao contexto político de elaboração da norma. Como já mencionado, o ECA promove uma “revolução” jurídica, na medida em que reconhece direitos a crianças e adolescentes, na qualidade de sujeitos de direitos, quando outrora estavam excluídos por completo das prioridades e finalidades do Estado. Essa técnica legislativa posterga de certa forma a atividade legiferante para situações limite, já que ao intérprete cabe a adequação do princípio ao caso concreto. Em outras palavras, significa dizer que o juiz, ao decidir,

---

<sup>113</sup> CORNELIUS, Eduardo Gutierrez. *Op. cit.*, p. 113.

<sup>114</sup> ROSA, Alexandre Morais da. *Op. cit.*, p. 25-26.

legisla diante do elevado número, por exemplo, de princípios estatutários ainda não regulamentados<sup>115</sup>.

Dessa forma, ampliou-se a interpretação desses termos por parte dos litigantes e pelo judiciário, através da utilização de critérios vagos. Essa controvérsia acaba por contribuir para a superlotação das unidades socioeducativas - realidade analisada no capítulo anterior - e que vem prejudicando os adolescentes representados.

As definições legais defeituosas ou imperfeitas das condutas puníveis violam a legalidade, mas não necessariamente pelo que decidem os juízes, pois esses podem reduzir seu âmbito de proibição com interpretações limitativas e, inclusive, não condenar ou fazer declarações contrárias à Constituição a essas leis <sup>116</sup>.

O mesmo ocorre para tratar das situações de flagrante, tendo em vista que o ECA não dá as coordenadas para definir quais são as situações de segurança pessoal e de manutenção da ordem pública, em que o adolescente deve ser mantido em internação provisória após a apreensão em flagrante, nos termos do artigo 174 do Estatuto.

Além disso, reitera-se que uma medida que restringe a liberdade de locomoção não pode jamais ser considerada como protetiva, devendo essa justificativa ser desconsiderada.

Para as situações em que o adolescente esteja em situação de risco, o ECA prevê medidas específicas de proteção. Assim, se o objetivo fosse realmente a proteção do adolescente, deveria ser-lhe aplicada medida protetiva e não socioeducativa, que comporta caráter sancionatório. A diferenciação entre adolescentes em situação de risco e de adolescentes que cometem atos infracionais é justamente um dos marcos da passagem da doutrina da situação irregular para a da proteção integral. Nesse sentido, conforme Méndez (2008), “ali onde não existe sequer o dever de proteção, ‘a proteção’ supostamente exercida se constitui pura e simplesmente uma violação de direitos” (p. 26).<sup>117</sup>

Através dos dados anteriormente apresentados obtidos através do DEGASE (anexo 1), constata-se que não há vagas suficientes para comportar os adolescentes que, segundo os termos do ECA, fazem jus à vaga, e esses outros, que estão sendo representados pela prática de atos infracionais sem o emprego de violência ou grave ameaça.

---

<sup>115</sup> SPOSATO, Karyna; MINAHIM, Maria Auxiliadora. **A internação de adolescentes pela lente dos tribunais**. Revista Direito GV. Vol. 7, n.1. p. 277-298, São Paulo, 2011, p. 291-292.

<sup>116</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl In CARVALHO, Salo de; GIAMBERARDINO, André; ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Op. cit.*, p. 129.

<sup>117</sup> CORNELIUS, Eduardo Gutierrez. *Op. cit.*, p. 117.



Assim, a discricionariedade do juiz com relação à definição desses termos é um ponto polêmico na definição das medidas privativas de liberdade desses jovens. Muitos juízes aplicam a internação em uma perspectiva punitiva exclusiva, e não observam as necessidades concretas do adolescente individualmente<sup>118</sup>, suprimindo o princípio socioeducativo da medida. Essa subjetividade se estende ainda para o ramo das medidas cautelares, no que se refere à medida de internação provisória na Justiça Juvenil, um ponto que será analisado através de um gráfico apresentado no capítulo a seguir.

Devido às lacunas legislativas existentes, complementadas pela já referida crise interpretativa, ainda há definição de medidas de internação para adolescentes em conflito com a lei em situações nas quais, para um adulto, não seria recomendada privação de liberdade. Muitas vezes, nesses casos, o argumento utilizado é o de que a detenção é um bem para o adolescente, e não é uma sanção retributiva. Dentro dessa lógica, são ignoradas as garantias processuais<sup>119</sup>.

A essas situações em que não são recomendadas penas privativas de liberdade aos adultos, cumpre analisar a internação provisória e definitiva por crimes relacionados à Lei de Drogas (Lei 11.343/06). É necessário observar que em seu artigo 28, a Lei 11.343, prevê ao crime em seu rol apenas penas restritivas de direitos, sem falar de penas privativas de liberdade, com base na proporcionalidade da conduta. Destaca-se que não se trata de um crime cometido sob grave ameaça ou violência, tendo em observância que o direcionamento do agir é para consumo pessoal<sup>120</sup>.

A Constituição, ao estabelecer as formas de sanção, apresenta a privação de liberdade como uma dentre as penas aplicáveis, isto é, a pena de prisão compõe um sistema integrado por formas alternativas de punição juntamente com a prestação social, a suspensão ou interdição de direitos, a multa e a perda de bens. Mas, para além da previsão das formas alternativas de penas, o preceito constitucional é aberto (“dentre outras”), possibilitando que o legislador ordinário crie novas formas de resposta penal ao delito. Nesse sentido, a inovação no campo das drogas: o artigo 28 da Lei n. 11.343/06, rompendo com a lógica carcero-cêntrica predominante na política criminal brasileira, estabelece como penas autônomas (a) advertência sobre os efeitos das drogas; (b) prestação de serviços à comunidade; e (c) medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.<sup>121</sup>

---

<sup>118</sup> SOUZA, Flora Sartorelli Venâncio de Souza. *Op. cit.*, 2018, p. 77.

<sup>119</sup> SARAIVA, João Batista da Costa, **Compêndio de Direito Penal Juvenil: adolescente e ato infracional**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 44 *apud* COSTA, Ana Paula Motta; GOLDANI, Julia Maia. **A Influência do Contexto Familiar nas Decisões Judiciais a Respeito de Atos Infracionais de Adolescentes: O intervencionismo familiar ainda se faz presente?** Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 14, n. 1, 2015, p. 96.

<sup>120</sup> CARVALHO, Salo de; LIMA, Camile Eltz de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil. **A Configuração da Tipicidade do Tráfico na nova Lei de Drogas e as Hipóteses de consumo compartilhado**. Revista de Estudos Criminais, v. 30, 2008, p. 209.

<sup>121</sup> CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil. *Op. cit.*, 2012, p. 237.

Deduz-se com base nisso, que aos adolescentes também não serão impostas medidas privativas de liberdade, tendo em vista que não pode ser aplicada sanção mais gravosa a um jovem que a aplicada a um adulto<sup>122</sup>.

Com relação ao tráfico de drogas, apesar de ainda não ser uma conduta praticada sob violência ou grave ameaça, é um crime que tem previsão de pena privativa de liberdade, de 5 a 15 anos, segundo o artigo 33, da Lei 11.343/93<sup>123</sup>. Também pode ser verificada uma imprecisão do legislador quanto à tipicidade dessa conduta, tendo em vista que as condutas de *adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo* drogas, previstas na Lei de Drogas, são previstas para tanto para o tipo penal do artigo 28 quanto para o artigo 33 da respectiva lei. Dessa forma, a interpretação fica à critério do Judiciário, que irá definir se droga é para consumo pessoal ou se é para o tráfico. Para Salo de Carvalho,

Em razão das indeterminações normativas na qualificação de uma conduta como “tráfico de drogas” e da extensa margem de punibilidade abstratamente prevista às condutas incriminadas, caberia ao Judiciário a definição de diretrizes básicas de imputação, ou seja, a criação de guias de interpretação que restringissem a vagueza e a ambiguidade legislativas que provocam, no cotidiano do sistema punitivo, o encarceramento massivo da juventude negra das periferias<sup>124</sup>.

Apesar disso, a Súmula 492 do STJ entende que “o ato infracional análogo ao tráfico de drogas, por si só, não conduz obrigatoriamente à imposição de medida socioeducativa de internação do adolescente”. Ou seja, ainda que a imputação tenha sido por tráfico de drogas, reitera-se o fato de que a medida de internação é apenas uma faculdade, e, portanto, o juiz não está obrigado a impor essa medida.

Entretanto, os tribunais no estado do Rio vêm entendendo no sentido de internar provisoriamente adolescentes apreendidos em flagrante acusados de cometer atos infracionais análogos ao crime de tráfico, considerando que o ordenamento não define propriamente o que seriam atos infracionais graves.

---

<sup>122</sup> Segundo o artigo 35, I, da Lei do SINASE, anteriormente analisado.

<sup>123</sup> Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

<sup>124</sup> CARVALHO, Salo de. **O Encarceramento Seletivo da Juventude Negra Brasileira: A Decisiva Contribuição do Poder Judiciário**. Revista Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 67, jul./dez. 2015, p. 632.

Nesse sentido, é importante verificar a incidência dessas internações em flagrante correlacionando com o conceito de seletividade penal apresentado no capítulo anterior, tendo em vista que a maior parte dos jovens internados provisoriamente são negros e pobres. Segundo Baratta:

Entre as variáveis examinadas, o estado de abandono, a etnia ou a classe social são, junto à reincidência, determinantes para a internação dos jovens que portavam pequenas quantidades de droga. Ainda nesta análise, a liberdade assistida e os serviços psicoterapêuticos paralelos à internação parecem destinados, sobretudo, à recuperação dos jovens negros, mulatos e pobres. Para os jovens da classe média, evitam-se estas medidas, substituindo-as pelo reenvio à família e pelo acompanhamento médico ou em clínicas particulares<sup>125</sup>.

Ressalta-se que, muitas vezes, o flagrante se baseia somente em depoimentos policiais, que frequentemente, visam enquadrar esse jovem em ato infracional análogo ao crime de tráfico de drogas, mesmo em situações que estejam portando quantidade correspondente a consumo próprio.

Por força da Súmula 70/TJRJ, a internação do adolescente apenas com base na prova oral produzida por policiais militares é permitida, sendo considerada prova suficiente para a privação de liberdade desse jovem.

Nesse seguimento, é de conhecimento geral a existência de práticas irregulares e ilegais rotineiras por parte dos policiais, que legitimam diariamente episódios de violência desmedida.

A enorme desconfiança da população em relação às práticas policiais decorre da percepção concreta dos tipos e das formas de abordagem realizadas no cotidiano da cidade, sobretudo nos locais de vivência da população mais vulnerável. Importante sublinhar que a conclusão não decorre de um mero exercício de abstração acadêmica – como muitas vezes é adjetivada a crítica à violência policial, com nítida intenção de desqualificar as tentativas de visibilização desse problema real. Com o crescimento do nível de violência por parte da polícia, são cada vez mais frequentes as notícias de abusos praticados pelas instituições militares<sup>126</sup>.

De acordo com Nilo Batista, é preciso que a atividade policial seja constantemente fiscalizada, de modo a problematizar a presunção absoluta de veracidade constituída em seus depoimentos – principalmente nos pontos onde há baixa densidade democrática<sup>127</sup>. Faz-se

---

<sup>125</sup> BARATTA, Alessandro. Prefácio. *Op. cit.*, 2003, p. 17.

<sup>126</sup> CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil. “**Making a drug dealer ”: O impacto dos depoimentos policiais e os efeitos da Súmula nº 70 do TJRJ na construção do caso Rafael Braga.** Revista de estudos criminais, Porto Alegre, v. 17, n. 68, 2018, p. 54.

<sup>127</sup> *Idem*, p. 58.

necessária a utilização de outras provas, de modo a corroborar com o princípio da ampla defesa do adolescente. Conforme sintetizam Carvalho e Weigert:

A atribuição de responsabilidade criminal por tráfico de drogas a usuários – e, inclusive, a membros das comunidades que não possuem qualquer relação com o consumo ou comércio de drogas ilegalizadas-, para “atingir a meta de prisões e apreensões” do Batalhão ou para realizar retaliações ou para proteger determinadas pessoas, infelizmente não é uma prática esporádica e que deva simplesmente ser desconsiderada em casos como o de Rafael Braga. Pelo contrário, essa realidade deve servir como elemento de sensibilização ou filtro para a interpretação dos elementos de prova que compõem os autos.<sup>h</sup>

Com isso não se quer, repita-se, generalizar a desconfiança a todos os relatos policiais prestados em juízo. Como se sabe, existem policiais militares dignos e que resistem às situações de violência e às práticas corruptivas. No entanto, os dados concretos do cotidiano das instituições policiais apresentados igualmente não permitem uma generalização da conclusão oposta, ou seja, não permitem que se tenha como máxima indiscutível a credibilidade dos depoimentos policiais, como acaba acontecendo no momento em que a Súmula nº 70 é incorporada acriticamente nos procedimentos judiciais<sup>128</sup>.

É preciso aqui fazer uma breve análise a respeito do tráfico de drogas e dos efeitos que traz aos adolescentes. A alta necessidade de consumo que é demandada por uma sociedade capitalista como a nossa também se estende aos jovens, que assim como os adultos, possuem necessidades materiais de subsistência e de adequação ao sistema, a fim de se adequarem as relações sociais. Com efeito, a crise econômica vem agravar problemas sociais que perpassam na vida desses adolescentes, o que consequentemente afeta os processos de criminalização e de internação.

Para os jovens moradores de comunidades periféricas, que se veem tão distantes dessa realidade de consumo estipulada pelo capitalismo, torna-se uma tarefa árdua resistir às tão sonhadas oportunidades de adquirir o tênis da moda, ou então aquela blusa de grife que os jogadores do seu time de futebol vestem. Em casos ainda mais graves, esse jovem pode ainda ser responsável pela subsistência de sua família.

É aí então que as organizações criminosas se tornam uma alternativa mais próxima de sua realidade. Para estes que nunca tiveram muito, a facilidade para conseguir uma considerável quantia é tentadora. Além disso, a convivência rotineira com o tráfico, desmistifica aos poucos o que para grande parte da sociedade é uma prática considerada grave e violenta.

Todo o sistema de controle social (incluindo aí suas instituições ideológicas, como os meios de comunicação de massa) convergiu para a confecção do novo estereótipo. O

---

<sup>128</sup> *Idem*, p. 60.

inimigo, antes circunscrito a um pequeno grupo, se multiplicou nos bairros pobres, na figura do jovem traficante.

Este jovem traficante, vítima do desemprego e da destruição do Estado pelo aprofundamento do modelo neoliberal, é recrutado pelo poderoso mercado de drogas. (...)

O sistema convive com seu uso social, sua alta lucratividade, mas desenvolve um discurso moral esquizofrênico que demoniza a parcela da população atirada à sua venda pelo mercado de trabalho excludente e recessivo. A manutenção da sua ilegalidade aumenta sua lucratividade e reduz à condição de bagaço humano uma parcela significativa da juventude pobre de nossas cidades.<sup>129</sup>

É razoável se colocar no lugar de um desses jovens, de modo a tentar compreender como percebe o mundo e suas normas. Afinal, para alguém que cresceu lado a lado com essas práticas, aparentemente, não há mal algum em portar um radinho de pilha, disparar fogos de artifício ou entregar uma encomenda que lhe foi pedida. É pouco provável que o adolescente, a depender da idade que possui, perceba essas condutas como ilícitas, como atos infracionais análogos a Lei de Drogas.

Podemos aqui então, fazer uma analogia às crianças soldado<sup>130</sup>, estudadas pelo Direito Internacional, tendo em vista que são jovens recrutados pelas facções criminosas para a guerra as drogas que atravessa o Rio de Janeiro.

Jovens combatentes são um dilema para a sociedade adulta porque o ato de participar de um conflito exclui-os da categoria de crianças, o que lhe nega os benefícios e as proteções associadas a essa definição (BOYDEN, 2003, p. 349). Por outro lado, o fato de participarem 4 ativamente de uma guerra não garante a entrada no mundo adulto, nem seu reconhecimento como tal<sup>131</sup>.

Ainda que sua introdução na vida do tráfico tenha sido voluntária, é preciso enxergar as reais necessidades que lhe fizeram tomar essa decisão. Fatores como viver em situação de pobreza, num ambiente violento, não possuir condições dignas de saúde, educação e oportunidades de emprego são exemplos que fazem esses jovens procurarem as facções criminosas.

Sobreviver não é uma escolha e sim uma necessidade humana, assim não existe de fato o alistamento voluntário de crianças quando esse ocorre em uma situação de guerra. Porque em outro contexto, dificilmente as crianças escolheriam livremente se

---

<sup>129</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Op cit*, p. 40-41.

<sup>130</sup> Criança soldado é qualquer pessoa menor de 18 anos de idade que é parte de qualquer tipo regular ou irregular de força ou grupo armado em qualquer capacidade, incluindo, mas não limitado a cozinheiros, carregadores, mensageiros e aqueles que acompanham esses grupos por outras razões que não puramente por serem membros das famílias de combatentes. (MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **O Invisível Caso do Uso de Crianças Soldado na Colômbia: Implicações nas Relações Internacionais**. Brasília: Centro de Direito Internacional, [2014?], p. 3)

<sup>131</sup> WHITMAN, Shelly. **Preventing the Use of Child Soldiers: the Role of the International Criminal Court**. Lecturer in Political Science at the University of Botswana, Groupe de recherche et d'information sur la paix et la sécurité GRIP, 8/05/2004, p. 2 *Apud* MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. *Op. cit.*, p. 6.

tornar soldados, mas essas são forçadas a isso por fatores socioeconômicos que estão fora de seu controle. A decisão de se juntar a um grupo armado em um contexto de guerra civil, crise do Estado, insegurança, criminalidade e impunidade é uma resposta a uma variedade de pressões econômicas, sociais, políticas e culturais.

E é nessa situação que ocorrem as apreensões e todo o cenário armado pelas autoridades policiais e judiciárias, que se encarregam de atender aos discursos higienistas e segregadores dessa miséria de juventude. Conforma afirma Vera Malaguti: “*O problema do sistema não é a droga em si, mas o controle específico daquela parte da juventude considerada perigosa*”<sup>132</sup>.

Constata-se, portanto, que estamos culpabilizando e encarcerando vítimas do capitalismo e da crise, que deveriam estar sendo protegidas sob a égide dos Direitos Humanos e dos Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil. Nas palavras de Malaguti: “*Eu diria que se se julgássemos esse sistema, o condenaríamos por apropriação indébita de vidas, muitas vidas*”<sup>133</sup>.

Os objetos do processo de demonização são desumanizados: a eles não se aplicam os direitos à vida, à justiça, muito menos à cultura, à educação. E o pior é que o imaginário os vê por toda parte, organizados em poderosos comandos, inexpugnáveis e indestrutíveis se não forem combatidos ao estilo de uma verdadeira guerra, digamos, uma cruzada.<sup>134</sup>

Nesse seguimento, faz-se extremamente necessária a apresentação do conceito de Justiça Restaurativa, de modo a refletir e buscar alternativas sobre o encarceramento em massa na Justiça Juvenil. É preciso conceber a ideia de que *os adolescentes são muito mais vítimas que autores de crimes violentos*<sup>135</sup>, de modo a compreender e solucionar esse sistema que é um mal em si mesmo.

O debate responsável sobre os níveis de prisionalização e sobre os efeitos amplificadores dos substitutivos penais deve, necessariamente, enfrentar tais questões, sobretudo se o objetivo é efetivamente diminuir os enormes danos que o encarceramento em massa de adolescentes, jovens e adultos tem produzido em termos de custos de vidas humanas no Brasil.<sup>136</sup>

A Justiça Restaurativa encontra respaldo no artigo 35, I, da Lei do SINASE<sup>137</sup>, e consiste em um meio alternativo de resolução dos conflitos envolvendo adolescentes autores de atos

---

<sup>132</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>133</sup> *Idem*, p. 75.

<sup>134</sup> *Idem*, p. 36.

<sup>135</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 211.

<sup>136</sup> CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. *Op. cit.*, 2012, p. 254.

<sup>137</sup> Lei 12.594/12. Artigo 35, I. Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: III - prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas;

infracionais, que busca dialogar com os interessados - quais sejam: autor, vítima e eventuais pessoas atingidas pelo ato infracional -, com o objetivo de reparação do dano causado. Esse método informal intenta evitar a privação de liberdade, de modo que *as vítimas, os infratores e outros participantes possam, voluntariamente, participar ativamente na reflexão sobre o delito e chegar a um acordo quanto à reparação e à restauração da situação, no sentido de impedir que o mesmo conflito se repita no futuro*<sup>138</sup>.

A justiça juvenil restaurativa se destaca ao aprimorar conceitos, técnicas e modelos humanizados de solução de conflitos com fulcro no protagonismo jovem, participação da família e membros da comunidade e reparação dos danos causados aos sujeitos envolvidos nos casos insurgentes.<sup>139</sup>

Essa proposta é essencial para aproximar a sociedade, unindo as realidades dos interessados, de modo a observar as dificuldades que incidem na vida dos jovens, que os influencia a cometer um ato infracional. Assim, seria possível desmistificar o adolescente enquanto autor de ato infracional, garantindo que ele tenha direito de se pronunciar sobre o ato que lhe foi imputado e possibilitando ainda uma esfera de responsabilização ativa dos envolvidos<sup>140</sup>.

Os conflitos infanto-juvenis precisam ser geridos desde uma atuação conjunta entre setores sociais, setores públicos e privados. Essa defesa parte de um pressuposto de que o tratamento mais adequado dos impasses protagonizados por jovens pode ser resultado de investimentos em modelos restaurativos de prevenção, gestão e solução e não necessariamente remetidos ao Poder Judiciário como o grande repositório de demandas.<sup>141</sup>

A ideia seria adotar políticas sociais e práticas institucionais mais humanizadas, de modo a ir contra a cultura do encarceramento. Essas políticas visam trazer efeitos duradouros e efetivos para a socioeducação e reintegração do adolescente na sociedade, de modo a contribuir com seu pertencimento nela.

Neste ínterim, é preciso considerar outras medidas socioeducativas alternativas como forma de solucionar a superlotação nas unidades socioeducativas e de redefinir a finalidade das

---

<sup>138</sup> RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. *Op. cit.*, p. 83.

<sup>139</sup> ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Lucas Jeronimo Ribeiro da. **Por uma política pública de acesso à justiça juvenil restaurativa: para além do Poder Judiciário**. Porto Alegre, Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, 2016, p. 284.

<sup>140</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>141</sup> *Idem, ibidem*.

medidas, de forma a perceber o adolescente como sujeito de direitos e obrigações perante a sociedade, e não um inimigo desta.

Desde essa perspectiva é possível desenvolver práticas pedagógicas de valorização da pessoa. Valorização que ocorre quando o sujeito [...] se sente produtivo, útil, aceito, exigido, integrado num ambiente organizado onde as regras são claras, tem acesso a novos conhecimentos e encontra uma perspectiva de vida.<sup>142</sup>

A prestação de serviços à comunidade, é, assim, uma boa alternativa às medidas privativas de liberdade, tendo em vista que fortalece os laços do adolescente com a comunidade em que reside e traz senso de responsabilidade à vida dele, conforme dispõe o artigo 35, IX, da Lei do SINASE<sup>143</sup>.

Shecaira (2008, p. 199) sustenta que a prestação de serviço à comunidade deve ser a principal pena alternativa às penas institucionais, no âmbito da justiça penal de adultos e de adolescentes, pois induz no [...] infrator a ideia de responsabilidade, de apego às normas comunitárias, de respeito pelo trabalho, bem como produz na comunidade uma sensação de obediência às regras, que é fundamental para a confiança coletiva.

Não restam dúvidas, pelos estudos específicos no campo das penas e das medidas alternativas e pela experiência acumulada pela Justiça brasileira nas duas últimas décadas, que a prestação de serviços à comunidade representa uma das melhores formas de resposta ao ilícito. Entenda-se esta virtude dos trabalhos em benefício à comunidade como fruto de uma concepção teórica e política que prima pela constante e gradual constrição do uso das formas privativas de liberdade e que busca possibilidades concretas de reduzir os danos provocados pela ingerência violenta das agências de punitividade, notadamente as carcerárias.<sup>144</sup>

Outra boa alternativa à privação de liberdade na Justiça Juvenil é a utilização de tornozeleiras eletrônicas, hipótese positivada nos artigos 282 e 319, IX, no Código de Processo Penal e no Decreto 7.627/11, de forma a indicar a localização de adolescentes. É válido ressaltar, que, segundo o artigo 152<sup>145</sup>, do Estatuto da Criança e do Adolescente, os procedimentos trazidos pelo Código de Processo Penal podem ser aplicados subsidiariamente no âmbito infanto-juvenil.

---

<sup>142</sup> CRAIDY, Carmen Maria; GONÇALVES, Liana Lemos. **Elementos para uma Pedagogia das Medidas Socioeducativas**. In: Medidas socioeducativas: da repressão à educação. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 4 *apud* CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. *Op. cit.*, 2012, p. 252.

<sup>143</sup> Lei 12.594/12. Artigo 35, I. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios: IX - fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo socioeducativo.

<sup>144</sup> CARVALHO, Salo de; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. *Op. cit.*, 2012, p. 251.

<sup>145</sup> Lei 8069/90, artigo 152. Aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente.



Como medida cautelar é primordial, tendo em vista que os adolescentes ainda aguardam por suas audiências, e por esse motivo são amparados pelo Princípio da Presunção de Inocência. Da mesma forma também é adequada na aplicação de medidas socioeducativas, como forma de evitar a internação definitiva, deixando apenas para os casos em que não há nenhuma alternativa. A medida em questão respeita a integridade física, moral e social da pessoa monitorada, conforme prevê o artigo 5º do decreto supramencionado<sup>146</sup>.

Pelo exposto, resta demonstrada a urgência que se exige para que os problemas de interpretação sejam solucionados, de modo a atribuir segurança jurídica ao ECA. Além disso, faz-se necessário evitar ao máximo as medidas privativas de liberdade, priorizando as alternativas às medidas socioeducativas usualmente adotadas.

---

<sup>146</sup> Reportagem Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jun-03/geilton-silva-tornozeleira-alternativa-internacao-adolescentes?fbclid=IwAR0VgfhzZyutM9fwE1ND7bR1jS1wdHhqNxwF9TUI0nMK0zcGj7XzKcnwHF4>>  
Acesso em: 10/06/19

### **3. RETRATO GLOBAL DA INTERNAÇÃO PROVISÓRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Com base no que foi trazido durante esse trabalho, faz-se necessária a amostragem de alguns dados, de modo a desconstruir mitos através de uma perspectiva: a comparação do ato infracional de roubo com os relacionados à Lei de Drogas em uma das unidades de internação provisória de adolescentes, o Centro de Socioeducação Dom Bosco. O objetivo do gráfico é demonstrar o alto índice de adolescentes que são apreendidos por infrações sem violência ou grave ameaça, que é representada pela Lei de Drogas – que chega a superar o número de adolescentes suspeitos de ato infracional análogo a roubo.

Os dados foram coletados durante estágio jurídico realizado pela autora do tema na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDEDICA, com permissão da ex-coordenadora do Centro, Eufrásia Souza das Virgens.

No tempo do estágio, foi possível questionar inúmeras facetas do Direito Penal Juvenil, tais como a seletividade penal, no que diz respeito ao encarceramento da juventude negra e pobre, a superlotação da unidade socioeducativa em questão e o caráter socioeducativo da medida cautelar. Entretanto, o principal motivo que impulsionou essa pesquisa foi o fato de perceber, durante os atendimentos semanais realizados na unidade – localizado na Ilha do Governador -, que a maior parte dos adolescentes internados provisoriamente eram suspeitos de cometer atos infracionais análogos aos da Lei de Drogas - exemplo do tráfico de drogas e associação ao tráfico.

Dessa forma, tendo conhecimento acerca dos apontamentos trazidos ao longo desse trabalho, a necessidade e a efetividade da medida cautelar frente a esses atos infracionais da Lei de drogas eram frequentemente questionadas. Além disso, verifica-se que as fundamentações judiciais nas decisões que determinam a internação provisória nesses casos carecem de razoabilidade. *Não são poucos os exemplos que denotaram um automatismo na aplicação da medida de internação em desconsideração inclusive a regras expressamente indicadas pela legislação, como é o caso do princípio da excepcionalidade*<sup>147</sup>. Além disso, o fato de existir a

---

<sup>147</sup> SPOSATO, Karyna Batista; MINAHIM, Maria Auxiliadora. *Op. cit.*, p. 293.

probabilidade de aquele jovem ser inocentado em sua audiência, caracteriza nítido descumprimento ao Princípio da Presunção de Inocência e a violação prévia da liberdade de locomoção.

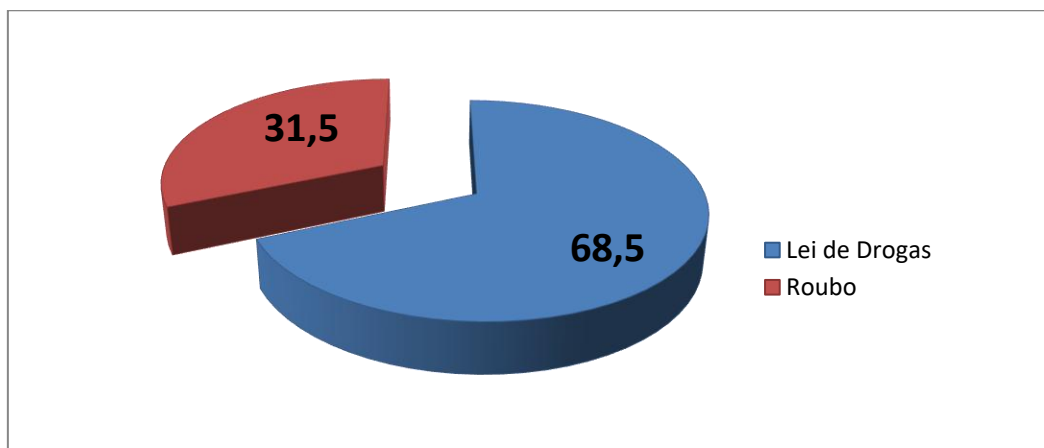
O gráfico retrata uma realidade na unidade de Cumprimento de Medidas Socioeducativas Dom Bosco, que compreende ao local onde os adolescentes do estado do Rio de Janeiro são internados provisoriamente, excluídos aqueles suspeitos de atos infracionais na comarca da Capital.

A análise é feita entre os anos de 2014 a 2017, e os dados foram extraídos do programa utilizado pela Defensoria Pública para administrar os assistidos. Essa plataforma categoriza os adolescentes por tipo de ato infracional que lhe é imputado, com a data de entrada na unidade socioeducativa, a data limite para a saída – respeitando o prazo de 45 dias previsto no ECA -, a data em que será realizada a audiência e a comarca em que foi apreendido.

Sendo assim, a data inicial (2014), corresponde ao ano em que foi implementado o programa na DPGE, quando os primeiros adolescentes foram incluídos no sistema da Defensoria. A data final equivale a data em que se encerrou o termo de estágio, que transcorreu em 2017. Desse modo, estão incluídos nesse gráfico um total de 10.800 (dez mil e oitocentos) processos que passaram pela Justiça Juvenil, que se dividem em atos infracionais análogos ao crime de roubo e atos infracionais análogos à crimes relacionados à Lei de drogas.

Vale ressaltar que os processos indicados não representam todos os processos atendidos pela Defensoria nesse período, não levam em consideração a prática de atos reiterados pelo mesmo adolescente, bem como não fazem distinção das apreensões por flagrante. Trata-se apenas de uma tentativa de demonstrar a influência da criminalização das drogas frente a Justiça Juvenil.

Gráfico 1 - Percentual do número de processos atendidos na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro por atos infracionais análogos a Lei de drogas e Roubo – 2014 a 2017



Fonte: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

Neste quadro, é possível extrair que na unidade analisada, no Estado do Rio de Janeiro, em 2017, época em que foram coletadas as informações, a quantidade de adolescentes internados provisoriamente pela Lei de drogas era maior que a quantidade de jovens suspeitos de ato infracional análogo a roubo.

Deduz-se, portanto, que os requisitos dispostos nos artigos 108 e 174, ECA, não estão sendo atendidos na prática. À medida que é definida a medida cautelar privativa de liberdade a esses casos de atos infracionais análogos aos da Lei de drogas, não estão sendo consideradas as hipóteses excepcionais de aplicação das medidas cautelares, que podem ser utilizadas apenas nos casos de a) indícios suficientes de autoria e materialidade; b) necessidade imperiosa da medida; c) gravidade do ato; c) repercussão geral; d) para a própria segurança do adolescente; e) para a garantia da ordem pública. Isso porque, por não serem atos cometidos sob violência ou grave ameaça, carecem dos requisitos elencados.

Nesse sentido, não se faz necessária a realidade da superlotação nos alojamentos dessa unidade de internação provisória, que hoje, segundo dados fornecidos pelo DEGASE (anexo 1), comporta 134 adolescentes, com capacidade para apenas 50<sup>148</sup>. A excepcionalidade da medida de internação provisória e definitiva já deveria ser justificativa suficiente para que as condições dessa e de outras unidades fossem diferentes. Soma-se a isso o Devido Processo

---

<sup>148</sup> Dados obtidos pelo DEGASE em 12/06/19.

Legal - previsto na Constituição da República e no artigo 110, do ECA -, “*pois não há processo legal sem que sequer se examine a lei*”<sup>149</sup>. Pelo exposto, a dupla proteção ao adolescente suspeito de ato infracional fornecida pelo ordenamento jurídico, também serve de óbice ao fenômeno da superlotação.

Considerando a prática vivenciada junto à Defensoria Pública, verificou-se inúmeros efeitos que decorrem da superlotação nessa unidade. Relatos de adolescentes internados servem para corroborar tudo aquilo que foi trazido durante o trabalho. Assim sendo, a insalubridade dos alojamentos é uma realidade experimentada por eles, tendo em vista que precisam conviver com animais propagadores de doenças, em instalações mofadas, não dispõem de camas que acomodem todos, e que não lhes são fornecidos materiais de higiene pessoal nem roupas limpas. Além disso, frequentar aulas e atividades ao ar livre não é uma oportunidade concedida a todos, haja vista o número de vagas ser inferior a quantidade de adolescentes internados.

Cumprе enfatizar, com base no Princípio do Acesso à Justiça disposto no artigo 5º, XXXV, CRFB, que é dever da Defensoria Pública verificar quais adolescentes apreendidos precisarão ser assistidos por um defensor público durante o curso do processo. Com base nisso, a experiência empírica observada foi no sentido de que poucos são os jovens que dispõem de advogado constituído, sendo a maioria atendidos pela Defensoria Pública, o que enfatiza o processo de criminalização da pobreza.

Dessa forma, o excesso no emprego de internação provisória também prejudica o atendimento da Defensoria Pública a eles, pois dificulta o atendimento personalizado a cada um que adentra o sistema.

Em 2018, em decorrência do fechamento da unidade de internação definitiva Educandário Santo Expedito – ESE<sup>150</sup>, que ficava localizada no Rio de Janeiro, parte desses adolescentes

---

<sup>149</sup> CORNELIUS, Eduardo Gutierrez. *Op. cit.*, p. 112.

<sup>150</sup> Ressalta-se inclusive que no ano de 2005 a violação de direitos humanos ocorridas nessa unidade foi levada através da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que denunciou a manutenção de condições de detenção em total inadequação aos padrões internacionais relativos à privação de liberdade de crianças, submetendo-as a tratamento cruel, desumano e degradante. Decisão disponível em: <[http://p-web01.mp.rj.gov.br/Informativos/4\\_cao/2015/06\\_Outubro\\_Novembro\\_Dezembro/DESTAQUES/21\\_peticao\\_cid\\_h\\_degaseversao\\_sem\\_nome\\_das\\_vitimas.pdf](http://p-web01.mp.rj.gov.br/Informativos/4_cao/2015/06_Outubro_Novembro_Dezembro/DESTAQUES/21_peticao_cid_h_degaseversao_sem_nome_das_vitimas.pdf)> Acesso em: 25/06/19. Reportagem disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/justica-proibe-novos-internos-em-unidade-do-degase-na-zona-oeste-do-rio-por-conta-de-superlotacao.ghml>> Acesso em: 28/05/19.

foram transferidos para o CEMSE – DOM BOSCO<sup>151</sup>. Ocorre que, conforme dito anteriormente, já comportava os adolescentes internados provisoriamente representados pela prática atos infracionais em todo o Estado do Rio de Janeiro, além da internação definitiva, que correspondia à área da capital do Rio. Dessa forma, constata-se que por conta dessa transferência, houve um aumento significativo no total de adolescentes internados.

Atualmente, com base nos dados fornecidos pelo Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE (Anexo 1), existem 455 jovens privados de liberdade nessa unidade em específico, sendo que 134 correspondem ao regime de internação provisória. Sendo assim, nota-se que cerca de 30% da capacidade da unidade é composta de adolescentes que não tiveram suas audiências, onde muitos sequer tiveram audiência de custódia – privilégio ainda não alcançado por todos igualmente.

Entende-se que é preciso reduzir o número de jovens privados de liberdade, tanto na internação provisória quanto na internação definitiva, de modo que sejam atendidas as finalidades do sistema socioeducativo. Frisa-se que a condição dos alojamentos serve de obstáculo à socioeducação e ressocialização do adolescente. Portanto, é necessária a utilização de meios alternativos cautelares e definitivos na Justiça Juvenil.

Dessa forma, reitera-se a importância da recente decisão do STF<sup>152</sup> que objetivou reduzir a superlotação nas unidades de internação nos estados do Espírito Santo, Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro, de forma a mudar a realidade das unidades socioeducativas. É indispensável que sejam respeitadas as capacidades de lotação, e quando inexistir vaga para cumprir medida em meio fechado, o adolescente seja colocado em programas de meio aberto, priorizando a liberação daqueles que cometeram atos infracionais sem o emprego de violência ou grave ameaça.

---

<sup>151</sup> Reportagem disponível em: [https://odia.ig.com.br/amp/rio-de-janeiro/2019/06/5652967-justica-determina-fechamento-de-unidade-da-degase-em-bangu.html?fbclid=IwAR3OE-zcbMUZN-8IcwsV91Vs\\_Uv9uWKfLDf4Wk9ctBkQk8Ko4QSDm9ur9Tk](https://odia.ig.com.br/amp/rio-de-janeiro/2019/06/5652967-justica-determina-fechamento-de-unidade-da-degase-em-bangu.html?fbclid=IwAR3OE-zcbMUZN-8IcwsV91Vs_Uv9uWKfLDf4Wk9ctBkQk8Ko4QSDm9ur9Tk)> Acesso em: 27/06/19.

<sup>152</sup> Decisão em sede de Ag. Rg. no *Habeas Corpus* nº 143.988/ES proferida pelo Ministro Relator Edson Fachin.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no acompanhamento e no estudo da estrutura e funcionamento do Sistema Socioeducativo no Rio de Janeiro, fica claro que existem mazelas no Direito Penal Juvenil que precisam ser repensadas.

Faz-se necessário que a Doutrina da Proteção Integral seja de fato introduzida na Justiça Juvenil, de modo que se entenda que a medida socioeducativa não é sinônimo de medida protetiva.

É preciso incorporar na Justiça Juvenil os Sistemas de Proteção de Direitos Humanos estabelecidos nas Cortes de Direitos Humanos e ratificados pelo Brasil. É válido ressaltar que estes possuem força vinculativa no direito interno brasileiro, e não opinativa.

Além disso, reforça-se a importância que o Supremo Tribunal Federal tem na redução do encarceramento juvenil, e decisões como a proferida recentemente pelo Ministro Edson Fachin ajudam a retomar o caráter protecionista e ressocializador objetivado na construção do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Da mesma forma, é determinante que o Sistema de Justiça Juvenil colabore com decisões que atuem no controle da superlotação, tais como a recente decisão da 14ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio que admitiu a criação da Central de Regulação de Vagas no Estado do Rio de Janeiro. O alcance das Audiências de Custódia nos casos de flagrante deve ser expandido a todo o estado do Rio de Janeiro, de modo a colaborar na redução dos índices de superlotação nas unidades socioeducativas.

Nesse sentido, faz-se necessário incorporar o conceito de Justiça Restaurativa, apresentando mecanismos alternativos de solução dos conflitos. A ressocialização do adolescente deve ser vista como o ponto principal da existência de medidas socioeducativas, e qualquer coisa que vá no sentido contrário deve ser reconsiderada.

Entende-se que a criminalização de drogas é um elemento potencializador do processo de encarceramento da juventude pobre e negra, que é tida como o público-alvo do sistema

socioeducativo. Entretanto, a segregação dessa população marginalizada não pode ser concretizada por intermédio da seletividade infanto-juvenil.

É fundamental esclarecer as zonas cinzentas que permeiam o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei do SINASE. Para isso, é importante atribuir sentido concreto aos conceitos de “violência” e de “grave ameaça”, para que esses termos não sejam relativizados nas decisões judiciais nos processos daqueles que possuem um longo histórico de omissão estatal.

A aplicação da medida privativa de liberdade, ainda que provisória, não pode ter cunho repressivo, e deve ser restrita apenas aos casos excepcionais de necessidade de aplicação imperiosa da medida. Soma-se a isso a existência de medidas cautelares alternativas, que atendem ao Princípio da Presunção de Inocência, e que devem ser consideradas prioritariamente na Justiça Juvenil.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jenifer. Justiça determina fechamento de unidade da Degase em Bangu. **O dia**, 13 de junho de 2019. Disponível em: <[https://odia.ig.com.br/amp/rio-de-janeiro/2019/06/5652967-justica-determina-fechamento-de-unidade-da-degase-em-bangu.html?fbclid=IwAR3OE-zcbMUZN-8IcwsV91Vs\\_Uv9uWKfLDf4Wk9ctBkQk8Ko4QSdm9ur9Tk](https://odia.ig.com.br/amp/rio-de-janeiro/2019/06/5652967-justica-determina-fechamento-de-unidade-da-degase-em-bangu.html?fbclid=IwAR3OE-zcbMUZN-8IcwsV91Vs_Uv9uWKfLDf4Wk9ctBkQk8Ko4QSdm9ur9Tk)> Acesso em: 27/06/19.

ANDRADE, Vera. **Do Paradigma Etiológico ao Paradigma da Reação Social: Mudança e Permanência de Paradigmas Criminológicos na Ciência e no Senso Comum**. Revista Sequência Nº 30 Ano 16, p. 24-36, 1995.

ÁVILA, Gustavo Noronha de; NIEKIFORUK, Mahyra. **Justiça restaurativa em Santa Catarina**: a experiência joinvillense na implementação do projeto piloto de justiça restaurativa justo à Vara da Infância e Juventude. Revista Jurídica da Universidade do Sul de Santa Catarina, p. 55-67, 2009.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução a sociologia do direito penal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 254 p.

BATISTA, Nilo et al. **Direito penal brasileiro**, I. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006. 660 p.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 150 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015. 168 p. (Série Legislação Brasileira). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 16/05/19

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 16/05/2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12. 594, de 18 de janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo

Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 10/06/2019.

\_\_\_\_\_. **Supremo Tribunal Federal**. Decisão disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15340241104&ext=.pdf>>. Acesso em: 23/05/2019

CARVALHO, Salo de. **Pena e Garantias**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003. 307 p.

\_\_\_\_\_. **O Encarceramento Seletivo da Juventude Negra Brasileira: A Decisiva Contribuição do Poder Judiciário**. Revista Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 67, jul./dez. 2015, p. 623-652.

\_\_\_\_\_. **O Papel dos Atores do Sistema na Era do Punitivismo (o exemplo privilegiado da aplicação da pena**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010. 290 p.

\_\_\_\_\_; GIAMBERARDINO, André; ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Cárcere sem fábrica: escritos em homenagem a Massimo Pavarini**. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2019. 299 p.

\_\_\_\_\_; WEIGERT, Mariana de Assis Brasil e. **As alternativas às penas e às medidas socioeducativas: estudo comparado entre os distintos modelos de controle social punitivo**. Revista Discursos Sediciosos, Rio de Janeiro, Ano 17, números 19/20, 1º e 2º semestres de 2012, p. 228-257.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **“Making a drug dealer”**: O impacto dos depoimentos policiais e os efeitos da Súmula nº 70 do TJRJ na construção do caso Rafael Braga. Revista de estudos criminais, Porto Alegre, v. 17, n. 68, p. 45-77, 2018.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. LIMA, Camile Eltz de. **A Configuração da Tipicidade do Tráfico na nova Lei de Drogas e as Hipóteses de consumo compartilhado**. Revista de Estudos Criminais, v. 30, p. 207-221, 2008.

CHRISTIE, Nils. **Los límites del dolor**. 1ª reimpressão. Trad. de Mariluz Caso. México, D.F: Fondo de Cultura, 1988. 173 p.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ). **Panorama Nacional: a Execução das Medidas Socioeducativas de Internação**. Programa Justiça ao Jovem. Brasília, 2012. Disponível em:

[[www.cnj.jus.br/images/pesquisasjudiciarias/Publicacoes/panorama\\_nacional\\_doj\\_web.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/pesquisasjudiciarias/Publicacoes/panorama_nacional_doj_web.pdf)]. Acesso em: 06 jun. 2016.

CORNELIUS, Eduardo Gutierrez. **O controle jurídico-penal de adolescentes: o exemplo da internação provisória na jurisprudência do STJ e do TJRS em casos de tráfico de drogas.** Revista de Estudos Empíricos de Direito, São Paulo-SP, vol. 1, n. 2, jul 2014, p. 100-121.

COSTA, Ana Paula Motta. **As garantias processuais e o direito penal juvenil.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. 173 p.

\_\_\_\_\_. **Execução socioeducativa e a necessidade de parâmetros para a interpretação da Lei nº 12.594/2012.** Revista de Estudos Criminais, n. 51, v. 11, 2013, p. 61-82.

\_\_\_\_\_; GOLDANI, Julia Maia. **A Influência do Contexto Familiar nas Decisões Judiciais a Respeito de Atos Infracionais de Adolescentes: o intervencionismo familiar ainda se faz presente?** Porto Alegre: Textos e Contextos, 2015, p. 87-103.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Petição dirigida a Comissão Internacional de Direitos Humanos. Disponível em: <[http://p-web01.mp.rj.gov.br/Informativos/4\\_cao/2015/06\\_Outubro\\_Novembro\\_Dezembro/DESTAQUE/21\\_peticao\\_cidh\\_degaseversao\\_sem\\_nome\\_das\\_vitimas.pdf](http://p-web01.mp.rj.gov.br/Informativos/4_cao/2015/06_Outubro_Novembro_Dezembro/DESTAQUE/21_peticao_cidh_degaseversao_sem_nome_das_vitimas.pdf)> Acesso em: 25/06/19.

FERRAZ, Hamilton Gonçalves. **A Opinião Consultiva n. 17/02 da Corte IDH: um marco na proteção internacional a crianças e adolescentes,** 2018. Disponível em: <<https://n-idh.com.br/a-opinioao-consultiva-n-17-02-da-corte-interamericana-um-marco-na-protecao-internacional-a-criancas-e-adolescentes/>> Acesso em: 28/11/18.

\_\_\_\_\_. **A culpabilidade no Direito Penal Juvenil.** Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. 276 p.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Flora Sartorelli Venâncio de. **A responsabilidade do judiciário brasileiro no encarceramento em massa juvenil: um estudo de caso do HC 346.380-SP, STJ.** Revista Brasileira de Ciências Criminais. vol. 129. ano 25. São Paulo: Ed. RT, 2017, p. 257-284.

FRAGOSO, Heleno Claudio. **Direitos dos presos.** Rio de Janeiro: Forense, 1980. 37 p.

FUNDAÇÃO ESCOLA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado,** 2017, p. 247. Disponível em: <<http://femparpr.org.br/site/wpcontent/uploads/2017/07/LivroECA.pdf?fbclid=IwAR25rquTDhlpwIUuul0ZQpdg5Y3UyadghdnNsAUrpwDJk13xOIgJYOgjdbo>>. Acesso em: 16/05/19.

JUNIOR, Aury Lopes. **Audiência de custódia e a imediata apresentação do preso ao juiz: rumo à evolução civilizatória do processo penal**. São Paulo: Revista Liberdades, 2014. Disponível em: <[http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon\\_id=209](http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=209)>. Acesso em: 12/05/18

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **O Invisível Caso do Uso de Crianças Soldado na Colômbia: Implicações nas Relações Internacionais**. Brasília: Centro de Direito Internacional, [2014?]. 24 p.

NASSAR, Lizzie; RIANELLI, Erick. Justiça proíbe novos internos em unidade do Degase no Rio por conta de superlotação. **g1 Portal de notícias**, 01 de março de 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/justica-proibe-novos-internos-em-unidade-do-degase-na-zona-oeste-do-rio-por-conta-de-superlotacao.ghhtml>> Acesso em: 28/05/19.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SILVA, Lucas Jeronimo Ribeiro da. **Por uma política pública de acesso à justiça juvenil restaurativa: para além do Poder Judiciário**. Porto Alegre, Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, 2016, p. 271-288.

PAVARINI, Massimo; GUAZZALOCA, Bruno. **Corso di diritto penitenziario**. Bologna: Martina, 2004.

REDAÇÃO. Revista **Consultor Jurídico**, 23 de maio de 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-mai-23/tj-rj-libera-criacao-central-vagas-medidas-socioeducativas>>. Acesso em: 09/06/19.

RODRIGUES, Ellen Cristina Carmo. **A Justiça Juvenil no Brasil e a responsabilidade penal do adolescente: rupturas, permanências e possibilidades**. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Direito. Rio de Janeiro, 2016. 298 p.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. **Aplicação da pena: limites, princípios e novos parâmetros**. 2ª ed. Rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Introdução crítica ao ato infracional: princípios e garantias constitucionais**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007. 365 p.

SANTORO, Antonio Eduardo Ramires; MADURO, Flavio Mirza; RODRIGUES, Anderson Rocha. **As audiências de Custódia na cidade do Rio de Janeiro: Um olhar sobre a prática**

**e seu funcionamento.** Rio de Janeiro: Revista de Direito da Cidade, vol. 09, no 4. ISSN 2317-7721, 2017, p. 1834-1861.

SARAIVA, João Batista Costa. **Compêndio de Direito Penal Juvenil Adolescente e Ato Infracional.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. 296 p.

SILVA, Geilton Costa Cardoso da. Revista **Consultor Jurídico**, 03 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jun-03/geilton-silva-tornozeleira-alternativa-internacao-adolescentes?fbclid=IwAR0VgfhzZyutM9fwE1ND7bR1jS1wdHhqNxwF9TUI0nMK0zcGj7XzKcnwHF4>> Acesso em: 10/06/19.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Sistema de garantias e o Direito Penal Juvenil.** 2. ed. Rev. e atual. São Paulo: Ed. RT, 2015. 268 p.

SOUZA, Flora Sartorelli Venâncio de Souza. **Entre leis, práticas e discursos: um estudo sobre o julgar em execução de medida socioeducativa de internação no Rio de Janeiro.** Dissertação (mestrado) - Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SPOSATO, Karyna Batista. **O Direito Penal Juvenil.** São Paulo: Ed. RT, 2006. 205 p.

\_\_\_\_\_; MINAHIM, Maria Auxiliadora. **A internação de adolescentes pela lente dos tribunais.** Revista Direito GV. Vol. 7, n.1, São Paulo, 2011, p. 277-298.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Pena é política.** Revista Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade. Ano 19, números 21/22, 1º e 2º semestres de 2014.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo. **Direito Penal Brasileiro.** Rio de Janeiro: Revan, 2003, 658 p.

WHITMAN, Shelly. **Preventing the Use of Child Soldiers:** the Role of the International Criminal Court. Lecturer in Political Science at the University of Botswana, Groupe de recherche et d'information sur la paix et la sécurité GRIP, 8/05/2004. Disponível em: [www.docin.com/p-438620489.html](http://www.docin.com/p-438620489.html) Acesso em: 26/06/19.

## ANEXOS

Anexo 1: Números absolutos de adultos e adolescentes internados em cada uma das unidades socioeducativas no Estado do Rio de Janeiro.



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC  
DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS - NOVO DEGASE  
DEPARTAMENTO GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS - NOVO DEGASE

DATA

12-jun-19

DIA DA SEMANA

quarta-feira

	UNIDADE	M.S.E.	ADOLESCENTES		CAPACIDADE	
			MASC.	FEM.	NOMINAL	REAL
01	CAI BELFOR D ROXO	INT.	275		143	132
02	CENSE-GCA	I.P.	145		100	100
		ANEXO	6		31	31
03	CENSE IALGU	INT.	113		60	60
		I.P.	48		30	30
04	CENSE PMHA	INT.	157		76	76
		I.P.	35		20	20
05	EJLA	INT.	307		133	133
06	CENSE PACGC	INT.		32	28	28
		I.P.		15	16	16
07	ESE	INT.	30		232	220
08	CENSE DOM BOSCO	INT.	321		183	181
		I.P.	134		50	50
09	CENSE-ILHA	INT.	1		34	34
		I.P.	44			
SUBTOTAL DAS UNIDADES FECHADAS			1616	47	1136	1111
10	PENHA	S.L.	44		32	32
11	BANGU	S.L.	24		32	32
12	SANTA CRUZ	S.L.	28		32	32
13	BONSUC ESSO	S.L.	31		40	34
14	NITERÓ I	S.L.	20		32	32
15	SÃO GONÇALO	S.L.	35		32	32
16	NILÓPOLIS	S.L.		9	32	32
17	NOVA IGUAÇU	S.L.	50		32	32
18	VOLTA REDONDA	S.L.	21		32	32
19	DUQUE DE CAXIAS	S.L.	39		32	32
20	CAMPOS	S.L.	42		32	32
21	MACAÉ	S.L.	14	5	32	32
22	BARRA MANSA	S.L.	15	1	36	36
23	CABO FRIO	S.L.	10		32	32

24	NOVA FRIBURGO	S.L.	0		36	36
25	TERESÓPOLIS	S.L.	16		12	12
SUBTOTAL DAS UNIDADES DE SEMILIBERDADE			389	15	508	502
SUBTOTAIS DE INTERNAÇÃO	INT.		1204	32		
	I.P.		412	15		
TOTAL GERAL			2005	62	1644	1613

Dados fornecidos pelo DEGASE.